

Entre Mapas e Memórias: Representações do Julgado de Vermoim na 2.^a metade do séc. XVIII

Bernardo C. A. Souza

bernas.souza@hotmail.com

Resumo

Um Julgado é por norma um espaço de ação de um juiz, acontece que no de Vermoim, com a sua incorporação ao Termo de Barcelos (séc. XVI) os afazeres jurídicos são relegados ao juiz-de-fora e os demais oficiais da Vila. Não obstante, o espaço sobrevive, é nomeado, descrito, perguntado e desenhado. Pelo período moderno mantêm-se como um espaço de nível intermédio na composição espacial de relações administrativas e sociais. Exprime centros e periferias internas, e, uma rede de relações que lhe dotam de coerência e coesão. Através da análise comparativa da cartografia histórica e das Memórias Paroquiais de 1758, um universo de representações (atlas histórico) será constituído para compor múltiplas representações do Julgado de Vermoim no fim da modernidade.

Palavras-chave: Cartografia Histórica; Cartografia Temática; Julgado de Vermoim; Vila Nova de Famalicão.

Abstract

A *Julgado* (County) is traditionally a space for a judge to act, it happens that in Vermoim, with its incorporation into the *Mandate of Barcelos*, legal tasks are relegated to the High judge and the Barcelos's officials. Nevertheless, the space survives, it is named, described, asked about and designed. By the early-modern period it remains as an *intermediate* space in the spatial composition of relations of administrative or social character. It expresses centers and peripheries, and a network of relationships that endows it with coherence and cohesion. Through the comparative analysis of historical cartography and Parish Inquiries of 1758, a universe of representations will be constituted to compose multiple representations of the Vermoim county at the end of the early-modernity.

Keywords: Historical Cartography; Thematic Cartography; Julgado de Vermoim; Vila Nova de Famalicão.

Introdução e objetivos

Este texto¹ concerne o estudo comparativo e complementar de fontes cartográficas e documentais, em torno da unidade administrativa Julgado² de Vermoim, unidade administrativa na alçada do Ducado de Barcelos e no Termo de sua Vila³, na segunda metade do séc. XVIII. Buscar-se-ão representações cartográficas autorais do Julgado de Vermoim. Tratar-se-á, principalmente, do espaço vermoinês na segunda metade séc. XVIII, sendo a exceção a inclusão da região do Couto de Landim nos mapas temáticos, tratando-se de uma alçada limítrofe oportuna para a composição da imagem de conjunto do Julgado de Vermoim.

Haverá a reconstituição dos dados obtidos num atlas fruto do tratamento de dados obtidos a partir de cartografia selecionada e das Memórias Paróquias de 1758. Ao sistematizar, extrapolar e articular estes elementos obter-se-ão as representações deste Julgado nas realidades locais. Não no reino ou no aparato administrativo da coroa. Este trabalho pretende exemplificar resultados obtidos ao incorporar-se a cartografia temática no estudo de realidades locais na História⁴. Ademais, este é um primeiro exercício de outros, onde o Julgado de Vermoim foi o objeto em estudo, deste texto procuraremos apresentar alguns dados iniciais, erguer algumas questões, observar o objeto e, principalmente, como cartografar, mesmo num momento inicial, permite compreender.

É necessário indicar que o Julgado de Vermoim é, corretamente ou não, muitas vezes assumido como o antecessor, *de jure*, do Concelho de Vila Nova de Famalicão⁵.

¹ Este artigo deriva do trabalho de Seminário em História Moderna I e II na Licenciatura em História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Produzido em 2021-22 e apresentado nos XVII Encontros da Primavera em maio de 2022. Realizaram-se atualizações e alguns acréscimos, mantendo-se a estrutura interna do texto. Alguns dados, mapas temáticos e secções do texto foram omitidas a fim de cumprir com os critérios de publicação. Ademais, devemos agradecer e reconhecer o valor dos comentários, correções e críticas de dois revisores anónimos.

² «povoação sem pelourinho, nem privilegio de villa, posto que [tem] juiz, e justiça própria» *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau*, Revisão de Morais Silva. Tomo 2. Lisboa: na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. pp. 756. Disponível em: <https://archive.org/details/diccionariodalin00mora/page/756/mode/2up>. Porém, segundo Pedro de Poyares, o Julgado de Vermoim não teria juiz (séc. XVII), mas sim Escrivão, adido ao Ouvidor da Vila de Barcelos: *Tractado panegyrico em louvor da villa de Barcellos, por rezam do apparecimento de cruces que nella apparecem... / composto pello P. Fr. Pedro de Poyares...* - Coimbra: na Officina de Joseph Ferreyra, 1672. - [46], 241, [3] p.; 4º (19 cm). Fólio 5. Em contraparte a Memória Paroquial da Vila Nova de Famalicão indica a existência de um Juiz, Escrivão e Almotacé, porém, o juiz só teria alçada na dita Vila Nova: AN/TT - Memórias Paroquiais Vol. 40 Memória 321, fl. 1431-1433.

³ BARROS, João de; LENCART, Joana (estudo e transcrição) - *Geographia d'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2019. ISBN 978-989-54475-1-0. pp. 199-200.

⁴ Como por exemplo: AMORIM, Inês – A reconstrução de um espaço histórico: o concelho de Cambra na 2º metade do século XVII – fontes e metodologia. In *Revista da Faculdade de Letras História*, Porto, III Série, vol. 7, 2006, pp. 149-168.

⁵ “Enfatizar que há um espírito local à procura de expressão cultural e política” [tradução livre] – McCLELLAND, John S. – *A History of Western Political Thought*. Londres: Routledge, 1996. pp. 624; &

São territórios no intermediário na subdivisão do país. Foram associados por eruditos locais⁶, notavelmente Vasco de Carvalho⁷ e o Padre Benjamim Salgado⁸. Porém, devemos ter em consideração a mudança das unidades territoriais, da organização espacial, toponímia, da ocupação humana e seu povoamento no tempo histórico.

“per tudo o tempo desfaz [...] nunca permanesse em hum estado, os muros fortes e edifficios sumptuosos o tempo os gasta, e diriba e o ferro e os metais com elle se consomem, os montes caem, os rios mudão seu natural curso”⁹.

Alguns aspetos:

Não é possível reconstruir o Julgado. Este existiu. Não existe mais. Aquando existia não seria fácil de definir ou expressar no ordenamento multifacetado e sobreposto do período moderno. A circunscrição do espaço do Julgado de Vermoim pode ser inscrita de modo generalizante e indicativa, porém, a definição de suas fronteiras é um exercício que não é um dos nossos objetivos, e todas as «demarcações» devem ser entendidas como sugestivas ou meros artificios gráficos. Foi possível através das fontes selecionadas buscar representar parte de suas estruturas económicas, locais, religiosas, geográficas, viárias, produtivas, extratoras, paisagísticas e sociais na cronologia escolhida, além da composição regional na área do Ducado de Barcelos. O caminho que se pretende seguir é a sumarização dos tópicos tema com uma série de mapas temáticos fruto da extrapolação gráfica comparativa dos mapas de Custódio José Gomes VillasBoas¹⁰, de Grandpré¹¹ e de José Monteiro de Carvalho¹² e a articulação às sistematizadas respostas às Memórias

“uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer uma continuidade com um passado histórico apropriado” [tradução livre] – HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence – *The Invention of Tradition*. Londres: Cambridge University Press, 2010. pp. 9.

⁶ A tradição concebida criou uma continuidade histórico que não se sabe o quão inexistente é e o tratamento dado por curiosos locais assume a forma de referência a situações que estabelecem o seu próprio passado através da repetição dogmática, que podemos remeter inicial a obra: VIEIRA, José Augusto — *O Minho pittoresco*. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, 1886-1887.

⁷ CARVALHO, Vasco César de — *Aspetos de Vila Nova: A Justiça*, vol. II. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2005.

⁸ SALGADO, Benjamim — *Vila Nova entre dois forais*. 3º ed. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2005. ISBN 989-552-100-6.

⁹ BARROS, João de; LENCART, Joana (estudo e transcrição) — *Geographia d'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2019. ISBN 978-989-54475-1-0 pp. 61.

¹⁰ VILASBOAS, Custódio José Gomes, 1771-1809 - *Mapa da provincia d'Entre Douro e Minho... de par com as indicações Economico-Políticas tudo para servir à Regulação das Comarcas da mesma Provincia, e outros objetos de Utilidade Publica / por Costodio Jozé Gomes de Villas-Boas*. - [Escala não determinada] entre 1794 e 1795. - 1 mapa: ms., color.; 90,7 cmx60,3 cm.

¹¹ Mapa do Eng. Grandpré da Província do Entre Douro e Minho (1730). In CASTRO, João Baptista de, 1700-1775. *Mappa de Portugal antigo e moderno / Pe. João Baptista de Castro*. - Lisboa: Off de Francisco Luiz Ameno, 1762-1763. - 3 t.; 21 cm + 7 mapas.

¹² CARVALHO, José Monteiro de, 1713-1780. *Carta geographica da Provincia do Entre Douro Minho e Tras os Montes. Dedicado a Magestade Fidelissima e sempre Augusta de El Rey de Portugal e dos Algarves*

Paroquiais - disponíveis em suporte digital¹³ - além do complemento nominal pelas descrições geográficas e/ou históricas do período moderno. Utilizando estas [fontes] há a possibilidade de representar o Julgado de Vermoim em diferentes níveis para compor esta unidade territorial no final do séc. XVIII.

Pelo recurso limitado a estas fontes que não é possível traçar nos mapas uma fronteira entre este Julgado e demais unidades territoriais com rigor, pelo que, este exercício reserva-se para momentos futuros da investigação. Com a consciência de que qualquer tentativa de o realizar deverá ter em conta que a unidade administrativa é fruto de um ordenamento medieval inicial que permaneceu no mundo do Antigo Regime numa dinâmica mutável e fluída, tendo em conta a existência de um regime senhorial com diferentes agentes soberanos e complementários, mas sob a autoridade do Ducado e Termo de Barcelos e seu Ouvidor¹⁴.

Este projeto irá, invariavelmente, depender da complementaridade com a Geografia e a Arqueologia. Tal qual, a proximidade metodológica e teórica com a Cartografia Histórica e a Geo-História.

Reafirma-se que se irá tratar neste texto do Julgado de Vermoim - uma circunscrição inserida no Termo, Ducado e Ouvidoria de Barcelos – na região do Entre Lima e Douro na *província* do Entre Douro e Minho no Norte de Portugal.

O produto final serão representações da unidade territorial numa ótica exógena, afinal, todas as fontes selecionadas foram produzidas para o conhecimento do poder central, num contexto de informar a cabeça do reino sobre as partes do mesmo. A conceção das fontes condiciona o resultado do que se pode elaborar e representar.

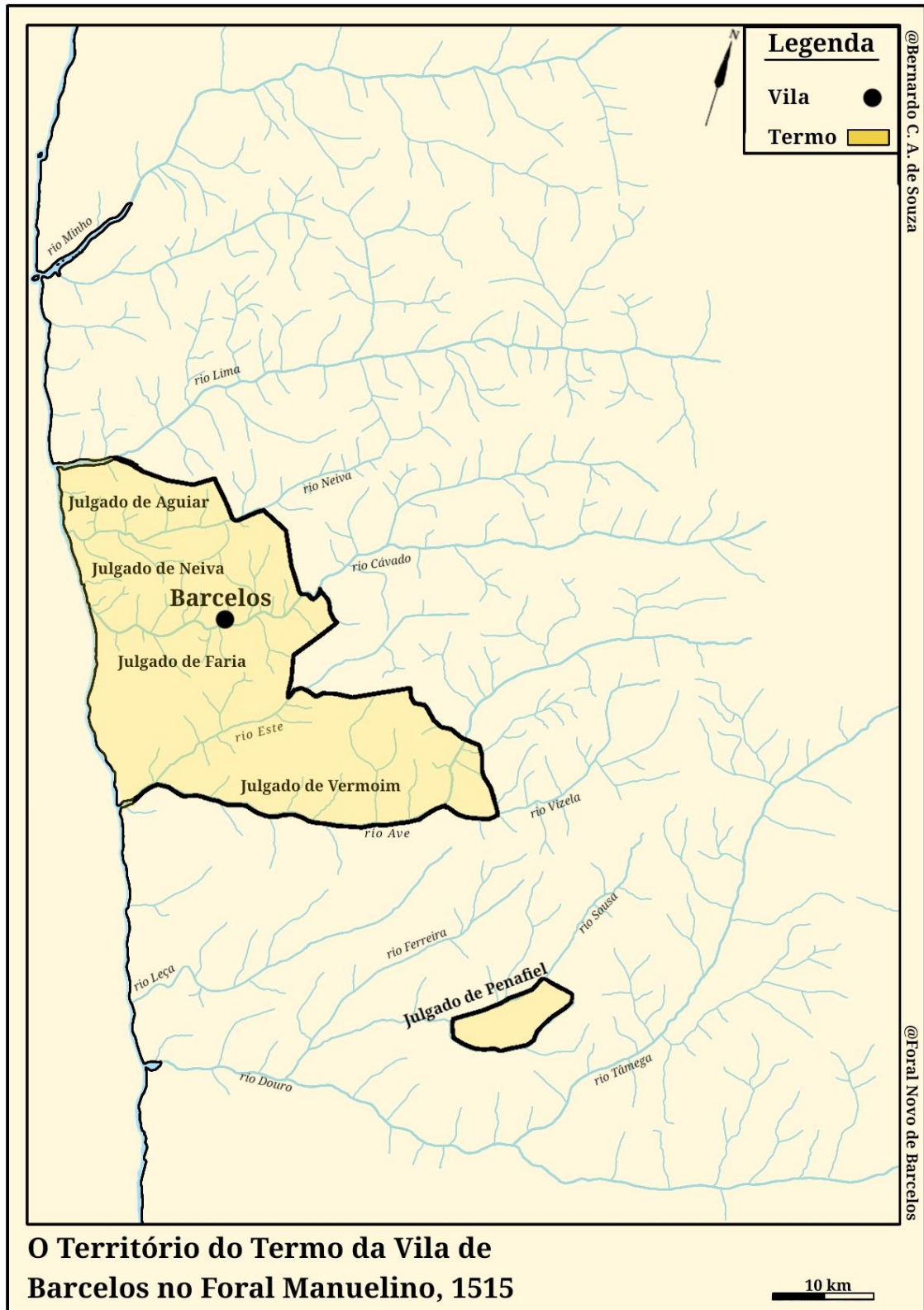
Recorreu-se e recorrer-se-á a cartografia temática, como a figura 1 ou a figura 2, feita a partir da georreferenciação do mapa de VillasBoas a fim de representar o contexto regional numa conceção espacial à época. Tendo-se identificado que diferentes representações do espaço e sua projeção cartográfica expressando relações distintas com a realidade, procurou-se uma projeção regional à época.

Dom [...] Nosso Senhor por Jozeph Monteiro de Carvalho, Sargento Mor de Infantaria com exercício de Engenheiro – [Escala não determinada] [Entre 175- e 1777?] – 1 mapa: ms., p&b; 133x96 cm.

¹³ Memórias Paroquiais - Arquivo Nacional da Torre do Tombo - DigitArq (arquivos.pt). Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4238720>.

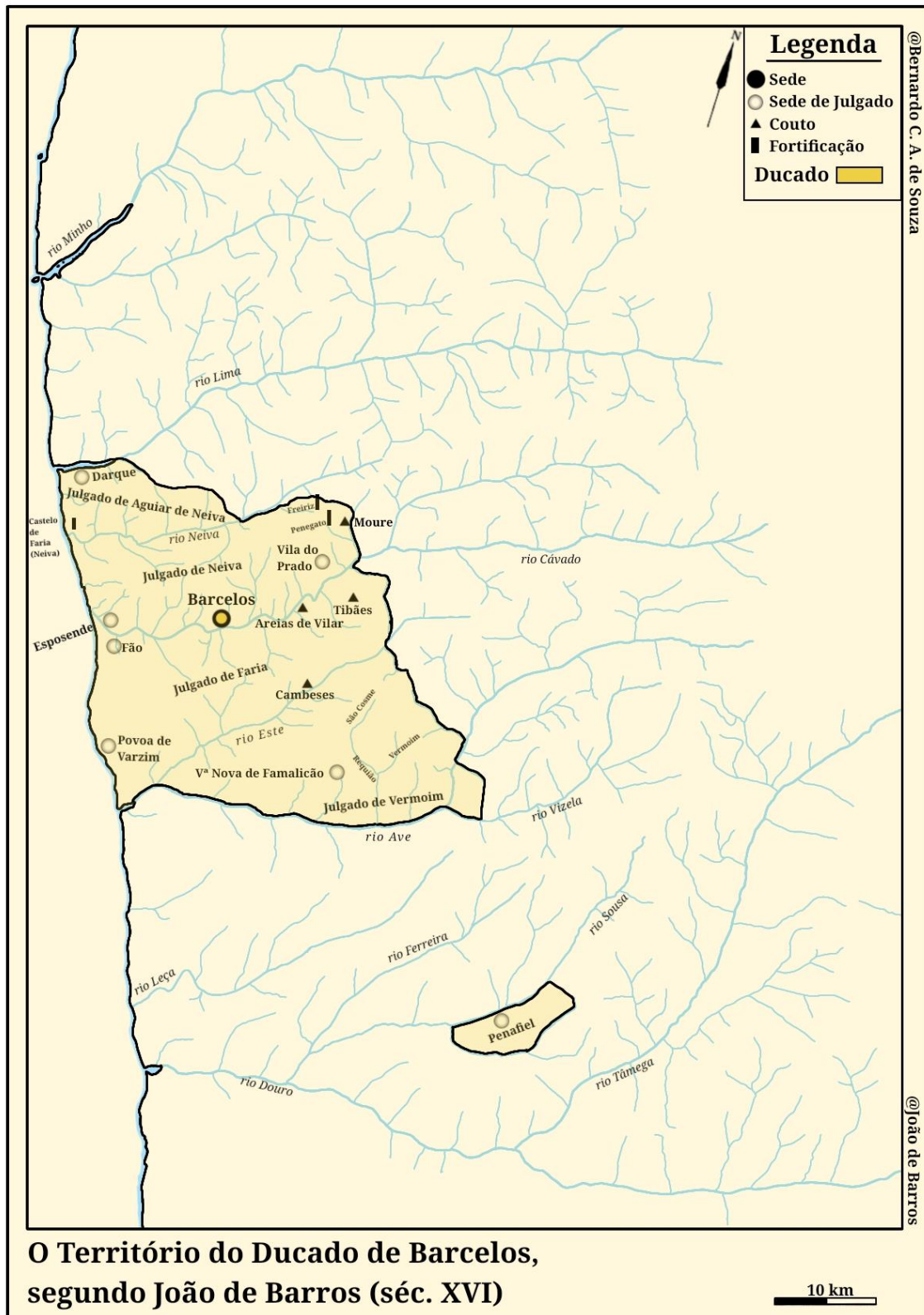
¹⁴ Como atestado no: Foral de Barcelos concedido em 1515 por D. Manuel I – Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12940/11062>; e nas Memórias Paroquiais de 1758 de Barcelos, publicadas em: GOUVEA, Pedro Ribeiro de – Memórias Paroquiais de Barcelos. In SAMPAIO, José de Mancelos – *Recordações Históricas de Barcelos*. Barcelos: Notícias de Barcelos, 1932.

Figura 1 - O Território do Termo da Vila de Barcelos no Foral Manuelino, 1515. Representação cartográfica da área entre os rios Minho e Douro, e 150 km para o interior. Demarca-se neste mapa a toponímia das unidades administrativas filiadas ao termo de Barcelos



Fonte: Elaboração própria, 2022

Figura 2 - O Território do Ducado de Barcelos no séc. XVI. Representação cartográfica da área entre os rios Minho e Douro, e até ao Tâmega para o interior. Demarca-se neste mapa a toponímia das unidades administrativas filiadas ao Ducado de Barcelos e sua tipologia



Fonte: Elaboração própria, 2022

1. A Metodologia

Seguir-se-á uma explanação sumária de técnicas adotadas, dos critérios, dos contextos bibliográficos e das fontes selecionadas.

1.1 A Cartografia

Para a componente gráfica (os mapas temáticos), é necessário recorrer aos exemplos e modelos cartográficos de tratamento trazidos por Roger Brunet¹⁵, que mantém-se válidos como lições elementares, na construção manual dos mapas do Julgado de Vermoim¹⁶. Tendo especial atenção ao tratamento da informação no seu emaranhado simbólico¹⁷ que tal como um *croché* permita expor ligações, informações e dados para a leitura do material. Com a ressalva que toda a informação plasmada nas imagens sofre um processo de generalização e de modificação gráfica para sua inteligibilidade¹⁸. Algumas das representações gráficas estão neste texto, todavia, por critérios de publicação nem todas as imagens foram incluídas, o Atlas completo, com 35 folhas em A2, encontram-se somente no Fundo Local da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco de Vila Nova de Famalicão.

Sendo um dos objetivos deste trabalho o incentivo ao contacto com o material cartográfico este tipo de material iconográfico revela-se extremamente pertinente para a compreensão e fabricação de representações sobre espaços de nível intermédio ou para a explanação de diversos elementos os quais o texto é insuficiente ou limitado¹⁹. Assim, a construção de uma análise reflexiva, inquisitiva e criativa capaz de beneficiar-se dos recursos de análise que a Geo-História²⁰ tem, em particular, a transformação do material documental em sistemáticos dados com a experimentação pessoal do espaço (saídas de

¹⁵ BRUNET, Roger — *Le croquis de Géographie régionale et économique*. 2º ed. rev. et cor. Paris: Société d'Édition d'Enseignement Supérieur, 1967.

¹⁶ Recorreu-se à elaboração manual dos mapas num segundo momento de tratamento gráfico. O primeiro momento de georreferenciação foi feito no software cartográfico QGIS.

¹⁷ WOOD, Denis — *The Power of Maps*. New York: The Guilford Press, 1992. ISBN 0-89862-492-4 pp. 111-116.

¹⁸ WOOD, Denis — *The Power of Maps*. New York: The Guilford Press, 1992. ISBN 0-89862-492-4 pp. 34-38 & 70-95.

¹⁹ MOREIRA, Luís Miguel — *O Alto Minho na obra do engenheiro militar Custódio José Gomes de Villasboas: cartografia, geografia e história das populações em finais do século XVIII*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos – Universidade de Lisboa, 2011. pp. 63; 69; 79; 88; 95; 217; 225; 230; 253.

²⁰ Como exerce Suzanne Daveau em textos como: DAVEAU, Suzanne — *Um antigo mapa corográfico de Portugal (c. 1525): reconstituição a partir do Códice de Hamburgo*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 2010. ISBN 9789726362043; DAVEAU, Suzanne. (2000). A rede hidrográfica no mapa de Portugal de Fernando Álvaro Seco (1560). In *Finisterra*, 35(69), 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.18055/Finis1668>; & DAVEAU, Suzanne — Uma geografia política e social de Portugal nos primeiros séculos da nacionalidade. In *Finisterra*, 24(47), 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.18055/Finis1963>.

campo), geográfica e geologicamente, apresentando um horizonte maior de questões às fontes, adicionando o recurso à imagem de satélite.

Porém, a construção de um mapa, impõe um filtro insuperável a si sobre a total realidade observável²¹. Afinal, o mapa acaba sendo um recorte dos dados disponíveis, e depois, daqueles que o autor foi capaz de compreender e representar a partir da sua própria formação e intenção²². Daí que os mapas constituam algo como uma representação filtrada e parcial do tema, feita no caso das fontes utilizadas por agentes externos ou póstumos como na cartografia temática que dita este trabalho.

Retornando, a pertinência do uso extensivo da cartografia justifica-se por: 1º) ter sido para os contemporâneos a forma de representação e explanação do território regional e nacional, e para agentes individuais e coletivos do próprio espaço ou de outros locais – cada vez mais, se tornava uma ferramenta indispensável no processos de reforma das unidades administrativas no espaço²³; 2º) serem passíveis de análise, sistematização, crítica, extrapolação, inquirição, corroboração, redefinição e serem recursos úteis para a exposição visual de elementos Geo-Históricos relacionados com as infraestruturas, jurisdições e administrações.

Acrescenta-se o princípio de que os mapas e cartas que se constrói para superar as limitações do texto, possuem estes um nível de generalização da informação, apesar de grande escala dos mapas, na forma de artifícios artísticos para comunicação e translação de informação para o leitor, com hierarquização de elementos gráficos, gradiente de cores, e, diferenciação simbólica.

A esquemática dos meios adotados dá-se por terminada, e adianta-se que o desenvolvimento desta investigação demandou a consulta de mapas históricos pelo trabalho de Luís Miguel Moreira²⁴; a extrapolação de elementos-base dos mapas selecionados²⁵; a comparação entre mapas; a fabricação de dados quantitativos e

²¹ Uma oportuna reflexão sobre a conceção de espaço e realidade: BAKER, Alan; BIGGER, Gideon (coord.) - *Ideology and Landscape in historical perspective*. Cambridge: University Press, 1992. ISBN 0521410320. pp. 8-11.

²² WOOD, Denis – *The Power of Maps*. New York: The Guilford Press, 1992. ISBN 0-89862-492-4. pp. 75-81.

²³ A importância da cartografia nos processos de reforma dos espaços: SILVA, Ana Cristina Nogueira da — *O Modelo Espacial do Estado Moderno: Reorganização Territorial em Portugal nos Finais do Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1998. ISBN 972-33-1384-7. pp. 72-74; 103-139. & WOOD, Denis – *The Power of Maps*. New York: The Guilford Press, 1992. ISBN 0-89862-492-4. p. 4.

²⁴ MOREIRA, Luís Miguel — *O Alto Minho na obra do engenheiro militar Custódio José Gomes de Villasboas: cartografia, geografia e história das populações em finais do século XVIII*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos – Universidade de Lisboa, 2011.

²⁵ INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO (2011) – Folha 69, 70, 83, 84, 96 e 97: *Carta Militar de Portugal* [Material Cartográfico]. Escala [ca 1:25000]. [Várias cartas].

qualitativos das Memórias Paroquiais; as saídas de campos para observar empiricamente o espaço; a análise e comparação das imagens de satélite; o cruzamento das extrapolações e dos dados para um atlas.

“Não soube responder, e ficou confuso. Assi são os que escrevem cousas de longas vias em que cometem muitos erros de que forão mal informados, e que nao souberão nem estudarão, per que nhum pode tratar o que não usou, nem praticou”²⁶.

Escolheu-se dar forma ao Julgado através da cartografia, sendo o uso da mesma pertinente e propositada como já antes se justificou. Com tal objetivo compreendeu-se a pertinência de uma série de representações, baseadas num mapa modelo – o mapa de base. Esta representação modelar foi escolhida tento 1/31.000 como escala, assim pode-se cobrir a extensão territorial do Julgado e uma faixa territorial circundante, afinal a circunscrição do Julgado não existia só na abstração. Outras escalas não foram utilizadas por este texto ser ainda um primeiro exercício com recursos limitados que não comportavam o uso de outras escalas grandes.

Os mapas são fruto do tratamento e da transformação dos dados extraídos das fontes, em raros casos a bibliografia foi uma fonte de dados. Foi possível identificar tendências, similitudes, práticas, aspetos distintivos e uma generalidade sobre a cada paróquia. De tal modo, ordenou-se a informação no plano básico, prezando-se continuamente pela inteligibilidade e comunicabilidade através e entre as representações.

1.2 Bibliografia

Para o estudo dos três primeiros séculos da cartografia terrestre, salientam-se os mapas publicados e estudados por de Jaime Cortesão²⁷ e tem sido expandida por Suzanne

²⁶ BARROS, João de; LENCART, Joana (estudo e transcrição) — *Geographia d'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2019. Pp. 57. ISBN 978-989-54475-1-0.

²⁷ CORTESÃO, Jaime — *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, 1957.

Daveau²⁸, João Carlos Garcia²⁹, Maria Helena Dias³⁰, Irís Kantor³¹ e Luís Miguel Moreira³². Para a nossa temática local a contribuição da cartografia é menos ampla comparando-a com o vasto acervo de estudos produzidos pela historiografia rural³³. Não obstante, note-se Luís Miguel Moreira e o estudo regional da obra de VillasBoas no Alto Minho, assim como a investigação de Ana Cristina Nogueira da Silva³⁴ sobre material descritivo e cartográfico do Arquivo Histórico Parlamentar³⁵.

Ao recorrer a historiografia rural devemos ter em atenção as particularidades de cada realidade local, logo ao observar estudos pontuais – de temáticas circunscritas a alguns aspetos e conceitos, com espaços distintos – devemos proceder analiticamente.

²⁸ DAVEAU, Suzanne – *Um antigo mapa corográfico de Portugal (c. 1525): reconstituição a partir do Códice de Hamburgo*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 2010. ISBN 9789726362043; & DAVEAU, Suzanne - Uma geografia política e social de Portugal nos primeiros séculos da nacionalidade. In *Finisterra*, 24(47), 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.18055/Finis1963>.

²⁹ GARCIA, João Carlos; ALMEIDA, André Ferrand de — Os mapas do Brasil na engenharia militar portuguesa: (1750-1822). In *A Bahia na Engenharia Militar Portuguesa do século XVIII*. S/l, S/ed, 2013; GARCIA, João Carlos; ALMEIDA, André Ferrand de — *Portugal en la región platina, siglos XVIII y XIX; mapas de la colección de la dirección de Servicios de Ingeniería*. Montevideo: La Imprensa, 2006. [Exposição]; & GARCIA, João Carlos; MOREIRA, Luís Miguel – Os mapas nas coleções da Biblioteca Pública de Braga. In *Revista Catalana de Geografia: revista digital de geografia, cartografia i ciències de la Terra – IV època*, volum XXI, nº 54; & GARCIA, João Carlos; MOREIRA, Luís Miguel – Antigas cartas marítimas e terrestres. In *A universal pintura: a Cartografia nas coleções da biblioteca Pública e do Arquivo Distrital de Braga*. S/l, S/ed, 2015. GARCIA João Carlos; MOREIRA, Luís Miguel — *El geógrafo trabaja en su casa: espaços portugueses na produção cartográfica de Tomás Lopez*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008.

³⁰ DIAS, M. H., & Alegria, M. F.: Na transição para a moderna cartografia. As cartas náuticas da região de Lisboa de Tofiño e Franzini. In *Finisterra*, 29(58), 1994. <https://doi.org/10.18055/Finis1833> & DIAS, M. H.: Um contributo português para a representação cartográfica da fronteira luso-espanhola: a acção do engenheiro militar Vasconcelos e Sá. In *Revista de Historiografia (RevHisto)*, (23), pp. 101-118, 2015. Recuperado a partir de <https://e-revistas.uc3m.es/index.php/REVHISTO/article/view/2757>.

³¹ KANTOR, Irís – Mapas em trânsito: projeções cartográficas e processo de emancipação política do Brasil (1779-1822). *Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades*. 12.24 (2010). pp. 110-123. & KANTOR, Irís – Usos diplomáticos da ilha-Brasil polêmicas cartográficas e historiográficas. *Varia história*. 23 (2007), pp. 70-80.

³² MOREIRA, Luís Miguel – O Mapa Corográfico dos Reinos de Portugal e Algarves Copiado do Inglês de W. Faden (1809): construir a imagem de um país. In *IV Simpósio Luso-brasileiro de Cartografia Histórica*. Porto, 9 a 12 de novembro de 2011. ISBN 978-972-8932-88-6 [Separata]; MOREIRA, Luís Miguel – Divulgar a Restauração do Reino: o Mapa de Portugal de Nicolas Sanson d’Abbeville, 1654. *Revista Bibliográfica de Geografia Y Ciencias Sociales*. Vol XXII, nº 1.193 (2017). ISSN: 1138-9796 [Separata]; & MOREIRA, Luís Miguel – Um “Coup d’oeil” Sobre o Entre Douro e Minho pelo Engenheiro Michel Lescolles, em 1661. In *II SIMPÓSIO Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. Lisboa: 25 e 26 de outubro de 2007 [Separata].

³³ Uma sumarização das temáticas, autores e correntes é: NETO, Margarida Sobral - Reconstituição da vida material de comunidades rurais em contexto senhorial: problemas, fontes e métodos. In *A Cidade e o Campo: Coletânea de Estudos*. Coimbra: CHSC, 2000; & *An Agrarian History of Portugal, 1000-2000*. FREIRE, Dulce; LAINS, Pedro (coord.). Leiden/Boston: Brill, 2017. ISBN 978-90-04-31152-7.

³⁴ SILVA, Ana Cristina Nogueira da — O Modelo Espacial do Estado Moderno: Reorganização Territorial em Portugal nos Finais do Antigo Regime. Lisboa: Estampa, 1998. ISBN 972-33-1384-7.

³⁵ Devido a algumas incoerências cartográficas nas projeções cartográficas de maior escala incidindo sobre a realidade local não damos protagonismo a obra: SILVEIRA, Luís – *Território e Poder: Nas Origens do Estado Contemporâneo em Portugal*. Cascais: Patrimonia, 1997. ISBN 972-744-021-5 [apesar de ser de pertinente consulta].

Não havendo falta de exemplos metodológicos de como proceder, permitindo o cruzamento de metodologias, tomamos por principal indicativo de caminhos a tomar a obra *O Alto Minho na obra do engenheiro militar Custódio José Gomes de VillasBoas: cartografia, geografia e história das populações em finais do século XVIII* de Luís Miguel Moreira³⁶, com indicações gerais e aplicação de possibilidades. Encontramos grandes contributos de como trabalhar com o material documental de modo plural e rigoroso, em particular na extrapolação de dados dos mapas que realizou³⁷, com a ressalva de se tratar de um trabalho de maior abrangência do que este. A introdução do recurso a cartografia temática e histórica e da História da Cartografia deu a este trabalho um maior horizonte de resultados.

Ao identificar a pertinência do quadro de contexto local na composição temática deste projeto, partindo do Julgado de Vermoim de setecentos, destaca-se um estudo de carácter documental quantitativo das Memórias Paroquiais, realizado por José Viriato Capela³⁸, juntamente com Joaquim António Silva. Este exercício quantificou rendas, identificou produções e fez um apanhado geral do território. Contudo, este é um estudo breve, limitado a uma fonte, com transformação dos dados em bruto. Portanto, apesar da transmutação dos documentos em números, há limites qualitativos na compreensão da área do Julgado de Vermoim.

Entenda-se, portanto, a busca pelo percurso bibliográfico dos agentes centrais, o recorte macro temporal de síntese, o afunilar temático administrativo para o uso cartográfico e então culminando o material com a realidade local.

1.3. Fontes

Com o objetivo de compreender o que era o Julgado de Vermoim, procuremos «internamente» observar as respostas dos párocos nas Memórias Paroquiais de 1758, e externamente, as representações compostas pelos agentes privados ou ao serviço do Estado central, como mapas e descrições geográficas, pelo decurso do período moderno.

³⁶ MOREIRA, Luís Miguel — *O Alto Minho na obra do engenheiro militar Custódio José Gomes de Villasboas: cartografia, geografia e história das populações em finais do século XVIII*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos – Universidade de Lisboa, 2011. pp. 24-25.

³⁷ MOREIRA, Luís Miguel — *O Alto Minho na obra do engenheiro militar Custódio José Gomes de Villasboas: cartografia, geografia e história das populações em finais do século XVIII*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos – Universidade de Lisboa, 2011. Pp. 63; 69; 79; 88; 95; 217; 225; 230; 253.

³⁸ CAPELA, José Viriato; SILVA, António Joaquim — *Vila Nova de Famalicão nas Memórias Paroquiais de 1758*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2001. pp. 33-101.

O material documental selecionado para este trabalho foi escolhido tendo em conta a sua disponibilidade, coerência e pertinência para a construção das representações. Com a ressalva que, sendo este um projeto de Licenciatura, há limitações para o volume do material selecionado; portanto, o universo de fontes e o próprio objetivo desta investigação são de um micro ponto.

Além disso, as fontes necessitam de se pautar pela sua pertinência para a compreensão do Julgado numa escala mais externa e filtrada, apesar de as Memórias Paroquiais serem um vestígio documental escrito por agentes internos, o trabalho com a documentação concebida à escala nacional, pouco focada nas nuances locais e com limitada qualidade inquiritorial para a expressão total do julgado. Mas que a análise qualitativa permitiu compreender o contexto local em que se baseiam os párocos a partir das respostas que dão. Assim decodificando o emaranhado de informações que lhes compõem a realidade paroquial³⁹.

Existe uma questão que paira sobre quase todos os documentos que vão ser utilizados. Não só na questão exógena já referida, assim como quanto às características que os documentos apresentam – a projeção de uma realidade que já não se verifica, onde o desenvolvimento humano se alterou, pela urbanização e construção de estruturas.

Além do mais, os próprios autores possuem limitações na sua capacidade de descrição e representação de um território que terão, com exceção dos párocos, raramente visto. Procuraram estes homens descrever e desenhar um espaço ao qual tiveram limitado acesso, servindo-se de outros autores e, provavelmente, de relatos de terceiros para a sua representação do Julgado de Vermoim.

Sendo este trabalho pautado nas fontes pela articulação entre as memórias paroquiais e a cartografia de Villasboas indicamos em seguida alguns aspetos das nossas principais fontes. Todavia, é necessário indicar que se complementou com outros

³⁹OSSWALD, Helena – Em torno dos inquéritos paroquiais: uma fonte para o conhecimento do espaço litoral. In *O litoral em Perspetiva Histórica (séc. XVI a XVIII)*. Porto: Instituto de História Moderna, 2002, pp. 133-135.

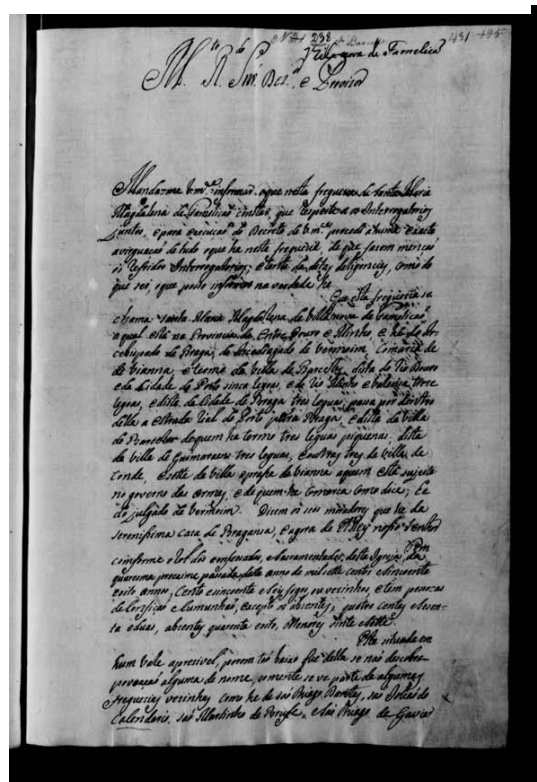
testemunhos escritos [fontes auxiliares] como descrições geográficas⁴⁰ de João d’Barros⁴¹, Duarte Nunes Leão⁴², D. Luiz Lima⁴³ e Pe. João Castro⁴⁴.

1.3.1. As Memórias Paroquiais de 1758

As Memórias Paroquiais de 1758 resultam de um inquérito organizado pelo poder central, num esforço de recolção de dados sobre a realidade paroquial, o mais detalhado a nível administrativo e da organização religiosa-comunitária⁴⁵. São limitados em relação ao tipo de pergunta que propõem, assim como na capacidade de inquirição perante os párocos, que tinham variados níveis de literacia, cultura e interesse no que lhes foi enviado⁴⁶.

Identificamos nas respostas das perguntas que se fez – sabendo que se ocultou ou deturpou por conta das sensibilidade pessoais⁴⁷ – uma exposição interna, mas não íntima, para o mundo da administração central, longínqua.

Figura 3 – Memórias Paroquiais



Fonte: ANTT, Memórias Paroquiais, Vol. 40 Memória 321, fl. 1431

⁴⁰ No estudo aqui apresentado não se tratou outras possíveis fontes que se encontrariam nesta classe «descrições geográficas». Reservamos o seu uso, tal como os a seguir apresentados, em momentos futuros de estudo sobre o Julgado de Vermoim. Logo, está lista não tem o objetivo de ser extensa ou total pelo próprio escopo possível de um primeiro trabalho de investigação.

⁴¹ BARROS, João de; LENCART, Joana (estudo e transcrição) — *Geographia d'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2019. ISBN 978-989-54475-1-0.

⁴² LEÃO, Duarte Nunes de, fl. 1530-1608; Rodrigues, Jorge, fl. 1598-1645, impr. Lisboa: impresso com licença, por Jorge Rodriguez, 1610. Disponível em: <https://purl.pt/12393>.

⁴³ LIMA, Luís Caetano de, C.R. 1671-1757, *Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa... / composta por D. Luiz Caetano de Lima...* - Lisboa Occidental: na Off. de Joseph Antonio da Sylva, 1734- [1736]. - 2 t. em 2 vol.: il.; 2º (29 cm) Disponível em: *Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa...*, Lisboa Occidental, 1734-[1736] - Biblioteca Nacional Digital (purl.pt).

⁴⁴ CASTRO, João Baptista de, 1700-1775. *Mappa de Portugal antigo e moderno* / Pe. João Baptista de Castro. - Lisboa: Off de Francisco Luiz Ameno, 1762-1763. - 3 t.; 21 cm + 7 mapas.

⁴⁵ OSSWALD, Helena – Em torno dos inquéritos paroquiais: uma fonte para o conhecimento do espaço litoral. In *O litoral em Perspetiva Histórica* (séc. XVI a XVIII). Porto: Instituto de História Moderna, 2002, pp. 127-133.

⁴⁶ OSSWALD, Helena – Em torno dos inquéritos paroquiais: uma fonte para o conhecimento do espaço litoral. In *O litoral em Perspetiva Histórica* (séc. XVI a XVIII). Porto: Instituto de História Moderna, 2002, pp. 132-133.

⁴⁷ OSSWALD, Helena – Em torno dos inquéritos paroquiais: uma fonte para o conhecimento do espaço litoral. In *O litoral em Perspetiva Histórica* (séc. XVI a XVIII). Porto: Instituto de História Moderna, 2002, pp. 133-134.

Para o espaço famalicense podemos indicar de antemão, pelo trabalho prévio de sistematização de José Viriato Capela⁴⁸, as bases agrícolas claras, com grande interação com o regime aquífero e hidrográfico para a cultura do milho e do linho. É possível identificar neste meio documentais índices demográficos, relações territoriais e dinâmicas externas sobre o território.

As Memórias Paroquiais manifestam-se como uma fonte de informação vasta. Há ricos relatos pelos párcos⁴⁹, que permitem a compreensão geográfica da realidade paroquial e da dinâmica social. Porém, vários apresentam somente números de receitas e plantações, talvez almas e em alguns documentos, nada mais, e por vezes ainda menos. As respostas em exceção são, principalmente nas paróquias atreladas a mosteiros como o de São Silvestre de Requião, Santa Maria de Landim e São Salvador de Lemenhe. Não obstante prezou-se na grelha de análise de dados a sistematização de perguntas e da extração de dados, procurando-se no tratamento dos resultados identificar-se tendências, similitudes, praticas, aspetos distintivos e uma generalidade sobre a própria paróquia.

1.3.2. Mapas de Custódio José Gomes de VillasBoas

Sobre os mapas de Custódio José Gomes de VillasBoas, salienta-se o trabalho contextual e macro analítico de Ana Cristina Nogueira da Silva⁵⁰ e o interesse por Luís Miguel Moreira sobre os mapas do mesmo para Lousada⁵¹, ou a bibliografia e ação do engenheiro militar⁵². Disto devemos retirar o carácter estatístico e expositivo das dinâmicas provinciais através de descrições iconográficas na forma de mapas. O material produzido por VillasBoas, autor setecentista, subdivide-se no enquadramento espacial de exposição da infraestrutura e da realidade espacial, com alto grau de detalhe e empirismo, além de influências das escolas de cartografia militar dos territórios raianos.

O alto rigor e investimento inquisitivo pelo autor, permitiu a constituição da outra parte da sua obra, que engloba os quadros territoriais das circunscrições administrativas e/ou judiciais, exprimindo-se assim uma representação, invariavelmente filtrada e adulterada, que expõe um momento final do quadro vermoinenses.

⁴⁸ CAPELA, José Viriato; SILVA, António Joaquim — *Vila Nova de Famalicão nas Memórias Paroquiais de 1758*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2001.

⁴⁹ Entenda-se como o responsável religioso pela paróquia.

⁵⁰ SILVA, Ana Cristina Nogueira da — *O Modelo Espacial do Estado Moderno: Reorganização Territorial em Portugal nos Finais do Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1998. ISBN 972-33-1384-7.

⁵¹ MOREIRA, Luís Miguel – Lousada em Finais do século XVIII: uma análise de geografia histórica. In *Oppidum*, vol. 10, ed. 9 2016. pp. 97-114.

⁵² MOREIRA, Luís Miguel — O engenheiro VillasBoas: percurso biobibliográfico. In *O Alto Minho na Obra do Engenheir Militar Custódio José Gomes de Villasboas*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da universidade de Lisboa, 2011. ISBN 978-972-636-210-4.

Trata-se de material produzido num contexto exógeno ao espaço que iremos procurar retratar. Considerando o material encomendado por agentes externos e produzido por agentes internos ou com contributo de agentes internos, é necessário um filtro de informação, considerando o interesse dos locais ou dos inquéritos enviados.

Porém, esta aparente limitação do carácter informativo da documentação assume-se como uma mais-valia, dado que estas informações externas nos permitem a reconstrução de um retrato visto de fora. Um retrato não é uma foto, uma foto não é uma realidade, e mesmo que o fosse seria só um micro ponto de uma das representações da realidade.

Figura 4 -Mapa da província d'Entre Douro e Minho de par com as indicações Economico-Políticas tudo para servir à Regulação das Comarcas da mesma Província, e outros objetos de Utilidade Publica



Fonte: Custódio José Gomes de VillasBoas

1.3.3. Crítica de fontes

Neste sentido é necessário recorrer à crítica das fontes (as suas limitações e potencialidades). No que diz respeito às limitações, assumem-se com o número limitado de fontes, pela escala do trabalho, assim como pela reduzida pluralidade de fontes escritas, o limitado escopo documental sobre cada freguesia, o filtro exógeno da realidade local e o carácter das fontes, definindo a proposta do trabalho. Salienta-se o carácter genérico das informações sobre o espaço em todas as representações cartográficas até VillasBoas, tal como a informação e a resposta protocolar nas Memórias Paróquias e o desinteresse paroquial em responder ao inquérito do poder central. O filtro dos autores sobre o espaço, as fontes de carácter literário que deturpam a realidade, e ainda o facto dos autores planejarem ser fontes para uma investigação centenas de anos depois.

No que diz respeito às potencialidades, salienta-se a capacidade de contextualização geográfica e histórica, através das fontes auxiliares, a complementaridade entre texto e imagem, a reconstrução da imagem exógena do espaço, aliada à capacidade de reconstrução de vias, também a sistematização de informações

escritas e desenhadas, a capacidade de exploração do território através de visitas de campo e a capacidade de análise de características geomorfológicas, e por fim a persistência dos elementos Geo-humanos.

2. O Julgado de Vermoim

2.1. Conceção do Espaço

O que é uma coisa?⁵³ O espaço só existe enquanto é nomeado enquanto tal? Os homens começam a definir o espaço antes de ser nomeado. Antes de desenhado, descrito ou marcado, é imaginado? O ato nomear é domesticar permita que se comunique sobre, que se possa compor no abstrato uma irreabilidade ao mundo real, um mapa mental que expressa um espaço⁵⁴, que lhe transforma em território. As “coisas”, no sentido lato, são articuladas por meio do entendimento, formando conceitos: permitem apreender e interpretar o real - possibilitam o caminho do material ao abstrato – e também expressar poder, controle, domínio e posse – é a política do espaço fazendo-lhe território e unidade administrativa⁵⁵.

Essas só passam a ser uma “coisa” (significada, relacionada, representada, materializada) a partir do momento em que estas se tornam uma palavra para o Homem, portanto, quando o Homem as começa a pensar como categorias, fenómenos passíveis de interpretação, de (des)valorização, de classificação, de comparação e/ou transformação.

Com este aparato conceitual surge o dilema de como tratar o Julgado de Vermoim. Como interpretá-lo historicamente no plano político, na rede administrativa ou no sentido social? Apesar de estarmos a estudar um espaço não o estamos a fazê-lo a partir de uma instância eminentemente espacial. Mais sim histórica, procurando neste primeiro exercício de investigação, estabelecer algumas aferições iniciais e representar os dados obtidos.

Primeiramente, nomear – dar o topónimo e a classe de território - é eliminar a abstração dos processos sociais. Nomear doméstica o (classe de território) Julgado de (topónimo) Vermoim – nega a sua essência “silvestre”, irreal, inumana e submetê-la ao controlo e à disciplina de um Poder, seja comunitário ou central, religioso ou económico.

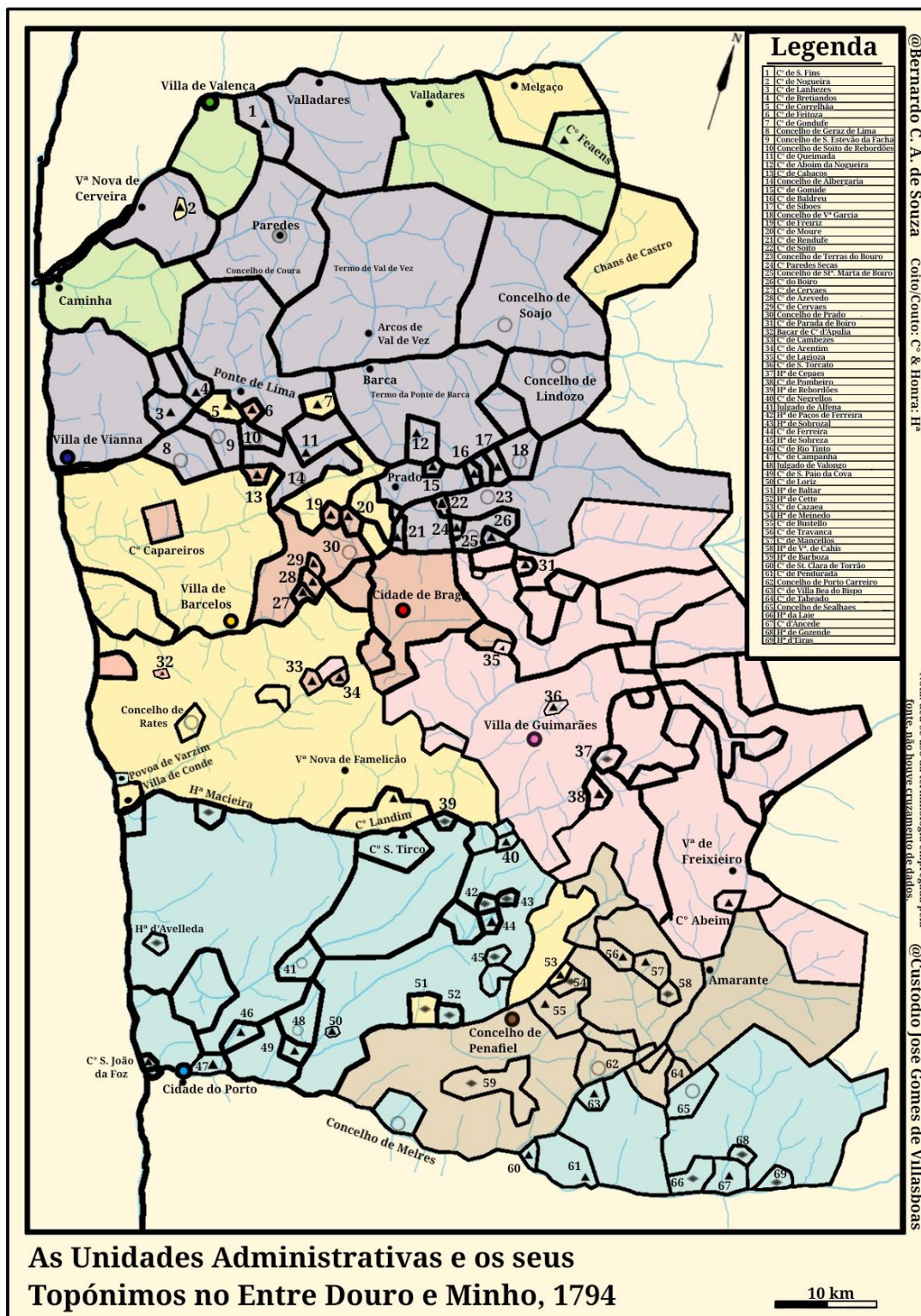
⁵³ HEIDEGGER, Martin - *Que é Uma Coisa?* Lisboa: Edições 70, 1987. ISBN 972-44-0749-7.

⁵⁴ WOOD, Denis – *The Power of Maps*. New York: The Guilford Press, 1992. ISBN 0-89862-492-4. pp. 30 e ss.\.

⁵⁵ HESPANHA, António Manuel - *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político: Portugal - séc. XVII*. Vol 1. Coimbra: Livraria Almedina, 1994. ISBN 972-40-0782-0. p. 113.

Portanto, e de acordo com um friso cronológico representativo do dito Julgado temos uma referência para o trabalho investigativo.

Figura 7 - As Unidades Administrativas e os seus Topónimos no Entre Douro e Minho, 1794. Representação cartográfica da área entre os rios Minho e Douro, e até ao Tâmega para o interior. Demarca-se neste mapa as unidades administrativas das Correições do espaço



Fonte: Elaboração própria, 2022

2.2. O Julgado: o acaso de durar

“Quanto aos julgados erão antigamente como concelhos, mas por que per alguma cauza os reis os derão a alguma cidade ou villa por termo e não podião ter jurisdição sobre si puxerão lhe nome de julgados, assi como os que há no termo do Porto e de Barcelos que forão em outro tempo concelho e se derão a estas e ainda tem sua força e pelourinho e porem são do termo alheo”⁵⁶.

A área recebera o foral de Vila nova em 1205⁵⁷ e o Julgado é identificado na documentação desde as inquirições de 1220⁵⁸. É o espaço determinado pelos oficiais inquiridores para referir-se a um espaço que percorrem em visita. Utilizam a circunscrição judicial, haveria um juiz nesse dito julgado, seria a sua *vara*. Possivelmente subordinado a autoridade régia em oposição, ou balanço, com figuras senhoriais locais⁵⁹.

A persistência de uma circunscrição religiosa (o Arcediago de Vermoim [e Faria])⁶⁰ e o roteiro de visita episcopal pode ter sido um fator para que a concepção do espaço permaneça – pelo menos nos reitores, abades e vigários. Talvez a complacência da administração maior de hesitar ou não ter a vontade política de retirar à comunidade (ou comunidades melhor dizendo) o seu estatuto de pertencer a um julgado no âmbito toponímico. Poderia fazer-se o caso de servir à hierarquia e estrutura administrativa da Comarca de Barcelos, e ainda uma forma de afirmar as partes do seu território que se encontrava em contato direto com a comarca civil de Braga, e sobrepunha-se com a religiosa do homónimo do arcebispado. E continuamos a identificar um juiz em Vila Nova [de Famalicão] (a freguesia) ainda em 1758 – junto com elementos do corpo administrativo como almotacé⁶¹. Mas principalmente um escrivão para todo o Julgado e a execução administrativa de Barcelos⁶².

O nome medieval permanece, resiste ao regime de doações fernandinas e joaninas e a tutela da Comarca de Barcelos, possivelmente, pela falta de termos linguísticos para

⁵⁶ BARROS, João de; LENCART, Joana (estudo e transcrição) - *Geographia d'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2019. ISBN 978-989-54475-1-0. pp. 135.

⁵⁷ SALGADO, Benjamim - *Vila Nova entre dois forais*. 3.ª edição, 989-552-100-6, Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2005.

⁵⁸ HERCULANO, Alexandre – *Portugaliae Monumenta Historica*; Inquisitiones, vol. 1, fascículos IV & V. Lisboa; Academia Científica Lisbonense, 1877. [5.º Alçada – Entre Douro e Ave].

⁵⁹ Sobre poderes locais senhoriais: RODRIGUES, Paulo Manuel Moreira Lázaro – O Julgado de Vermoim nas inquirições de 1288: a propriedade, usurpação e violência. In *Omni Tempore. Atas dos Encontros da Primavera 2021*, 7 (2022), pp. 128-156.

⁶⁰ É necessário um estudo sobre todas as freguesias de Faria e Vizela, Minhotães e Santo Tirso para compreender-se melhor a situação da área do Julgado de Vermoim. Comparativamente ao Arcediago homónimo.

⁶¹ AN/TT - Memórias Paroquiais Vol. 40 Memória 321, fl. 1431-1436.

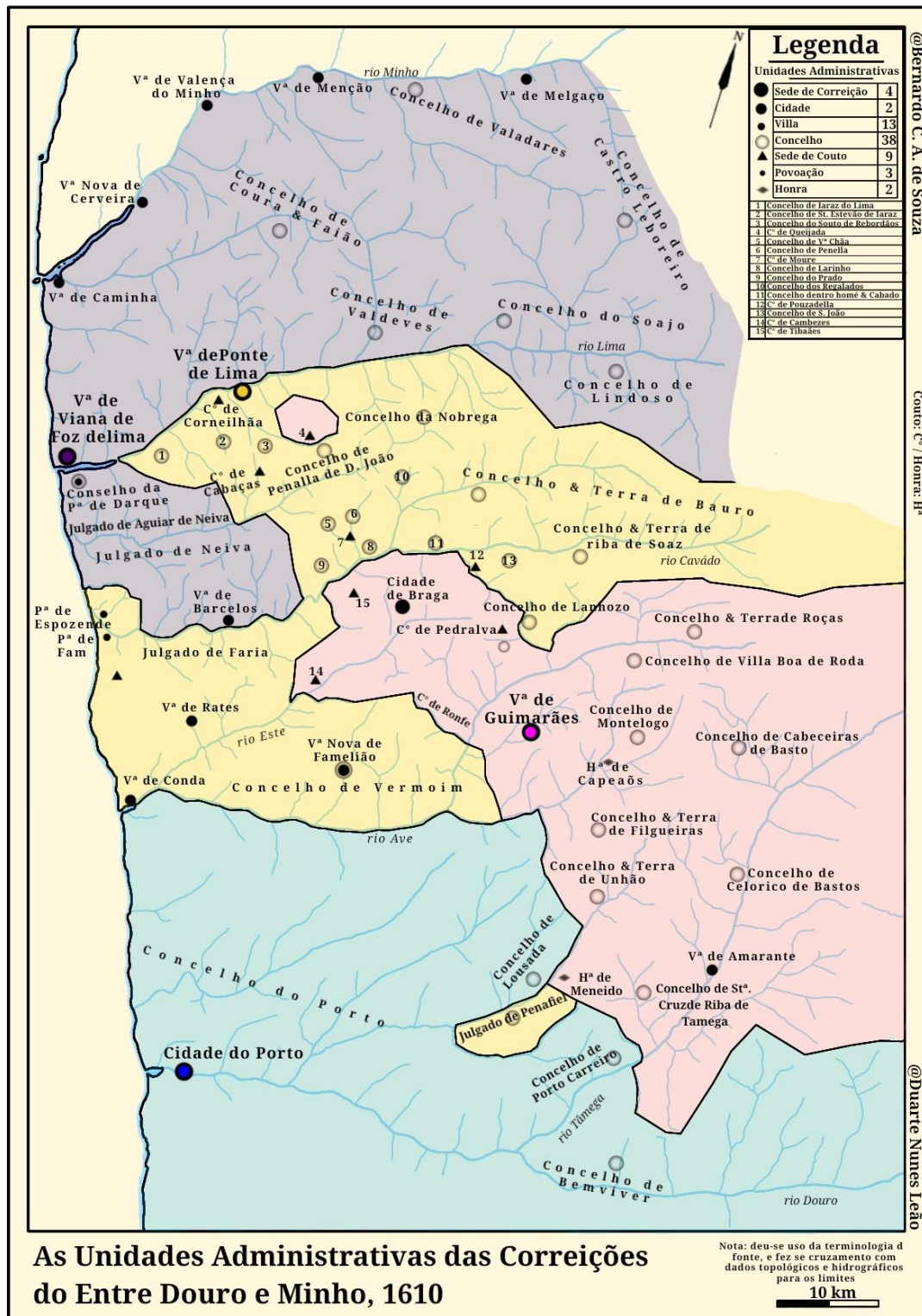
⁶² *Tractado panegyrico em louvor da villa de Barcellos, por rezam do apparecimento de cruces que nella apparecem...* / composto pello P. Fr. Pedro de Poyares.... - Em Coimbra: na Officina de Joseph Ferreyra, 1672. - [46], 241, [3] p.; 4.º (19 cm). Fólio 5.

designar esta parte do território. Uma coesão espacial, e talvez uma concepção mental de um espaço intermediário (civil ou religioso) persiste. Porém, não pode ser tida como uma realidade fixa ou rígida nas suas próprias formulações, projeções ou expressões – tal como qualquer tradição, elas só se mantêm quando evoluem com o tempo. Se ele [o Julgado e o espaço] fosse fixista, teria sido abandonado. Portanto, a unidade territorial só tem sobrevivido porque se adapta, ao medievo, à modernidade e ao liberalismo; expondo-se através da sede, do centro, com a Vila Nova [de Famalicão] ou o Julgado [o termo?].

2.3. Representações do Julgado

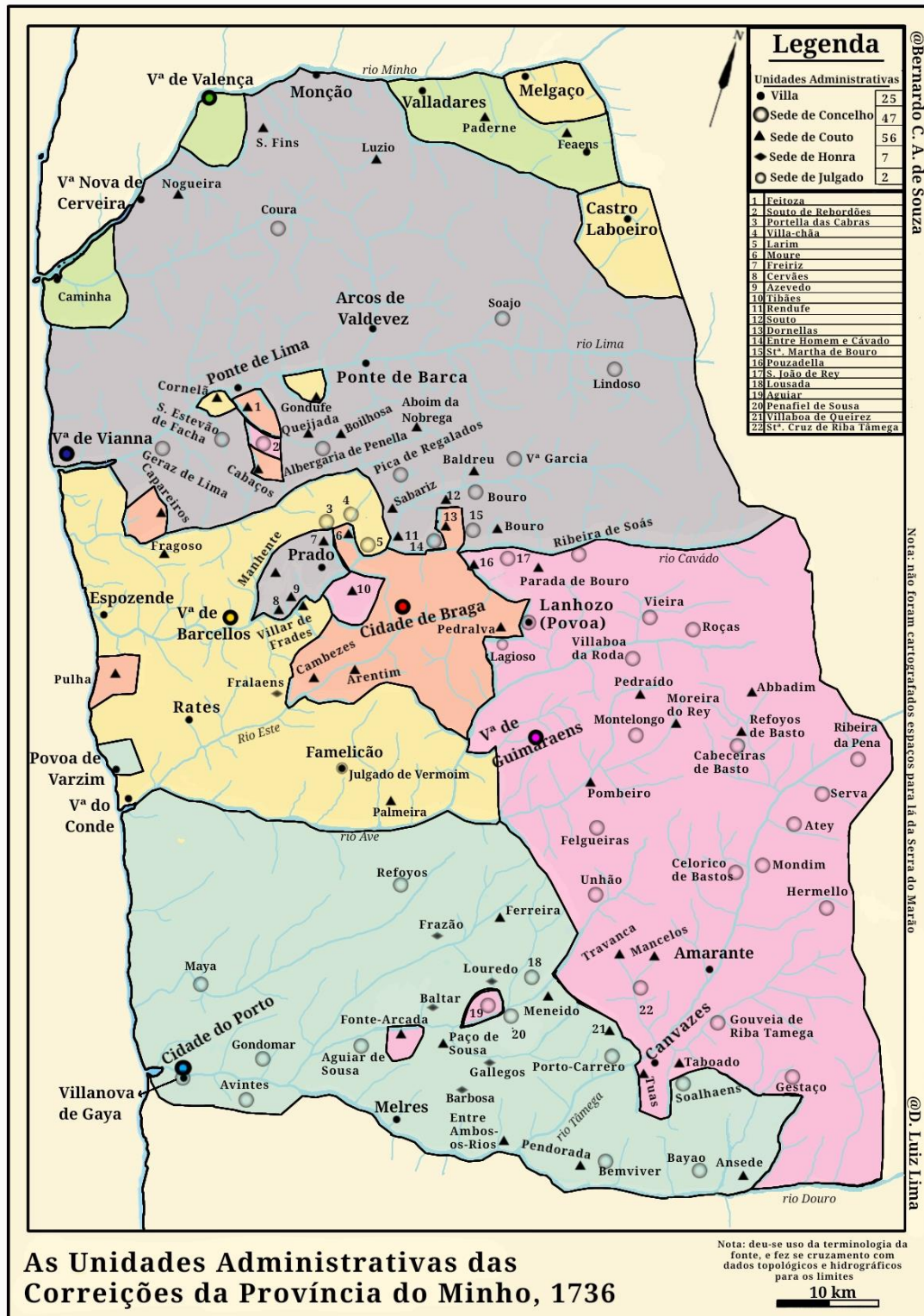
Tratar do Julgado provou-se ser um esforço de plurais representações. Significou, invariavelmente, o confronto do passado observável, com o presente visível, do tratamento das fontes, e, do processo maiêutico de redação deste texto. Logo, também, seria de evidenciar o carácter polissémico que muitas das representações assumem. São, elas, expressadas por mapas compostos numa grande escala parte das realidades manifestáveis no registo histórico e arqueológico.

Figura 6 - As Unidades Administrativas das Correições do Entre Douro e Minho, 1610. Representação cartográfica da área entre os rios Minho e Douro, e até ao Tâmega para o interior. Demarca-se neste mapa as unidades administrativas das Correições do espaço



Fonte: Elaboração própria, 2022

Figura 7 - As Unidades Administrativas das Correições da Província do Minho, 1736. Representação cartográfica da área entre os rios Minho e Douro, e até ao Tâmega para o interior. Demarca-se neste mapa as unidades administrativas das Correições do espaço



Fonte: Elaboração própria, 2022

2.4. A Síntese

Propor, baseado no tratamento de fontes, uma síntese do Julgado no séc. XVIII foi o exercício final de investigação. A possibilidade de articular diferentes saberes e níveis de informação numa só imagem é fruto da seleção de elementos. Procurou-se preservar a circunscrição e a aparência da paisagem – topografia, cobertura vegetal e hidrografia – somando-lhe a fixação comunitária pela sede da paróquia e uma janela [canto superior direito] com a fragmentação dos vizinhos em decanais. A rede viária e a infraestrutura anexa, de carácter transpositivo e vascular foram preservadas enquanto a rede de transformação – moinhos, pisões, azenhas... – foi omitida, julgando-se que se tratar de um fenómeno disperso, que somente um trabalho mais extenso poderá representar. Todavia, expressou-se a produção dos campos, florestas e rios por meio de pontos. Sendo o Julgado uma área de ocupação rural, exploração direta e rendeira do território, compreende-se estes recursos como prioritários. Com a adenda da omissão do linho e do azeite, pois as fontes consultadas são omissas sobre estes recursos.

“Famalicão é um entre terras, está no meio de tão grande espaço”⁶³

Genericamente, falar-se-ia do Julgado de Vermoim, um espaço imaginado e nomeado, mas não praticado judicialmente como no medievo. Seria uma unidade administrativa útil e utilizada pela Vila de Barcelos. Dentre o Este e o Ave, projetando-se nos vales dos rios Pelhe e Pele, a justo ponto com as elevações topográficas dos montes do Facho, de São Miguel, de Vermoim e Serdelhas.

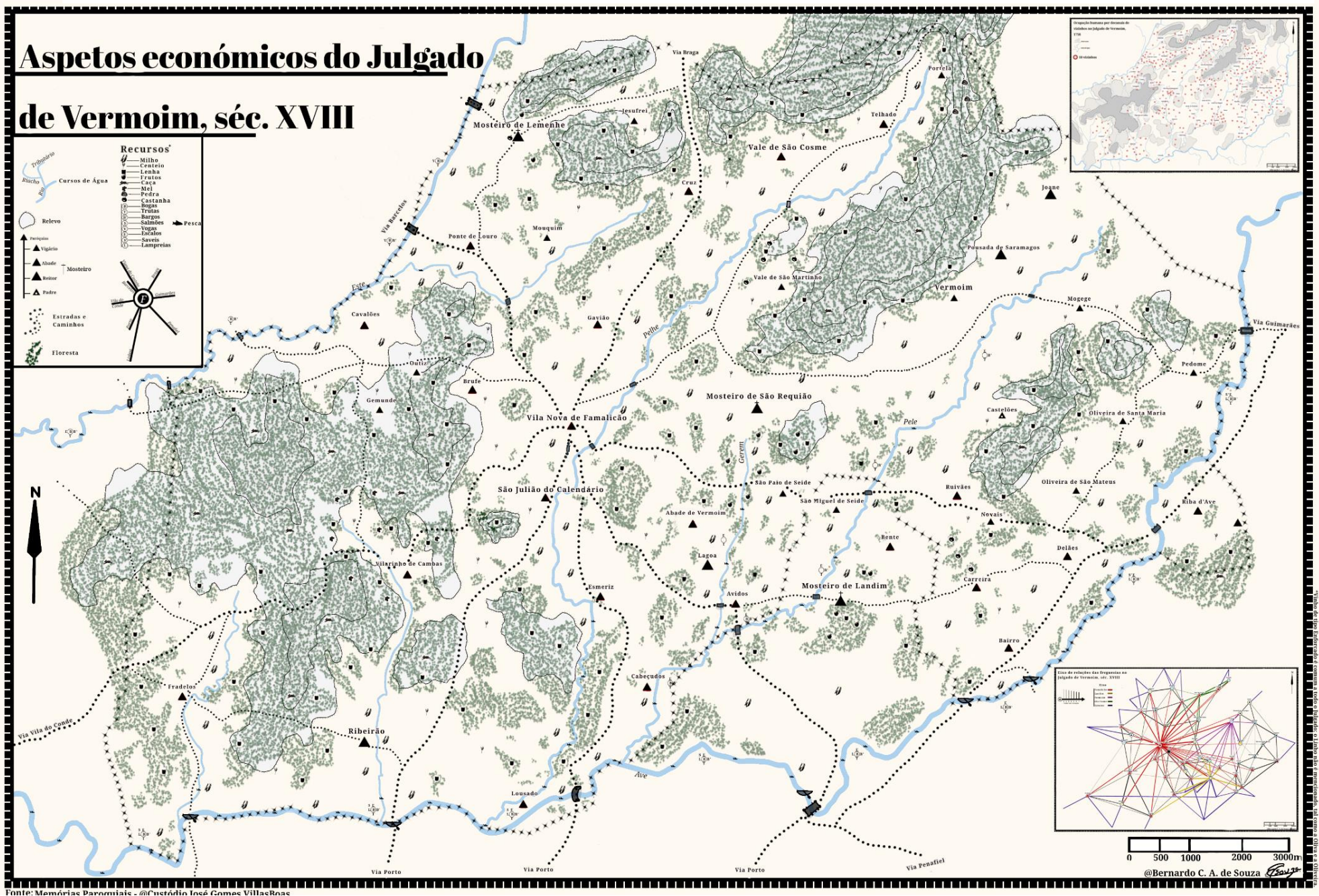
Teriam as áreas de acesso mais remoto sido reservadas a periferia da ação humana, o que não as impediria de serem humanizadas. A paisagem antiga fruto de séculos de ocupação de exploração rural marcaram estas partes acidentadas da paisagem, cobertas por árvores e matas, e tantos afloramentos graníticos. A periferia permitiu-lhes servir a comunidade como espaços de caça, lenha e *brota água*.

“Ha neste termo quintas, cazais e asentos, não sendo a distancia da terra muita tem passante de quatro mil moradores, onde se crião mui grossos bois que dão seis e sete arrobas de cevo, e vinte de carne, e todo outro genero de gado, a carne do qual he mais gostosa e melhor que a de nhuma outra parte. E assim há neste termo todo o henero de caça e aves, e grande numero de gallinhas domesticas.”⁶⁴

⁶³ BARROS, João de; LENCART, Joana (estudo e transcrição) - *Geographia d'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2019. ISBN 978-989-54475-1-0 pp. 198.

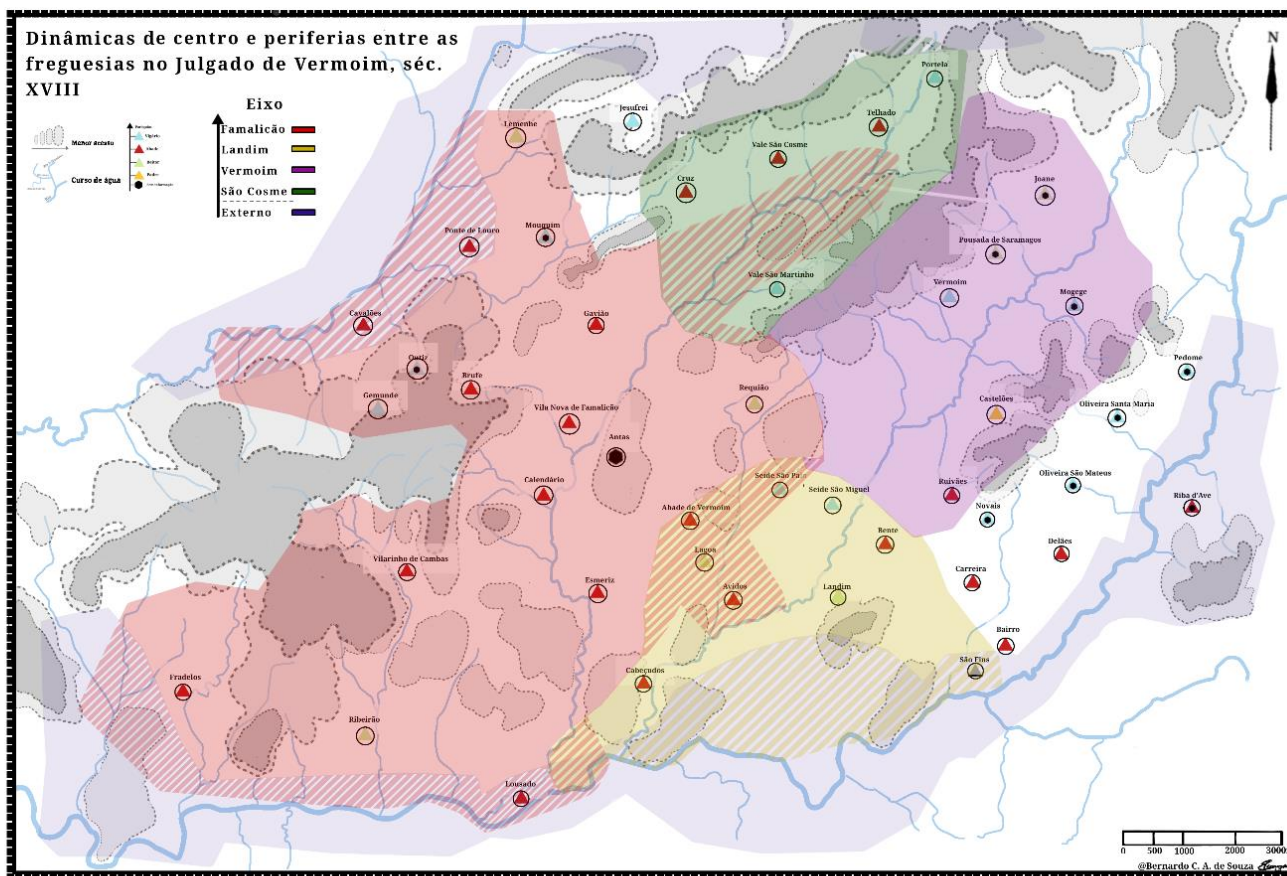
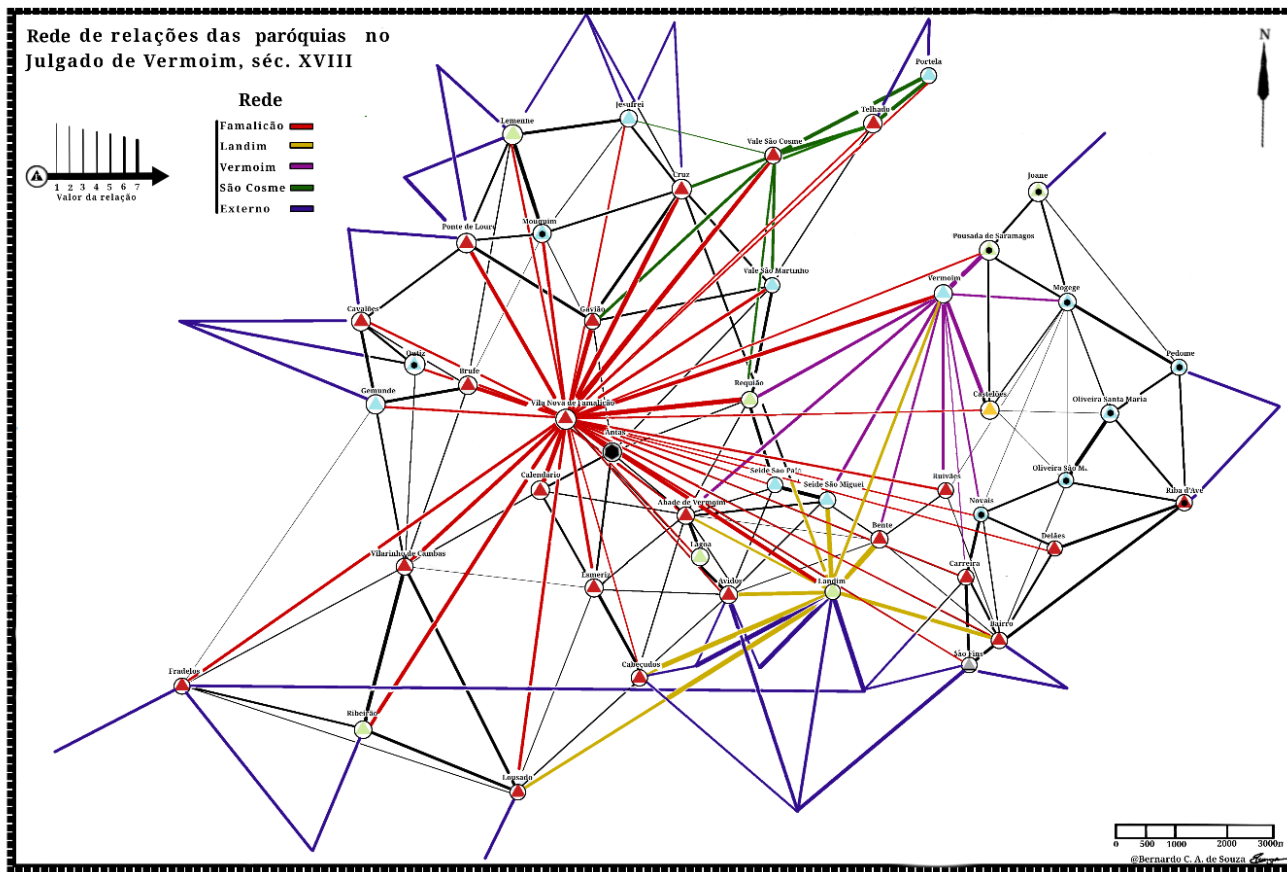
⁶⁴ BARROS, João de; LENCART, Joana (estudo e transcrição) - *Geographia d'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2019. pp. 198 ISBN 978-989-54475-1-0.

Figura 8 - Aspetos económicos do Julgado de Vermoim, séc. XVIII: representação cartográfica de plurais aspetos de natureza económica cartografáveis, com grande pormenor. Elaboração própria, 2022



FONTE: Memórias Paroquiais - @Custódio José Gomes VillasBoas

Figura 9 e 10 – Rede de Relações das paróquias no Julgado de Vermoim, séc. XVIII e Dinâmicas de centro e periferias entre as freguesias no Julgado de Vermoim, séc. XVIII. Mapa em linhas e manchas, baseados no número de fenómenos correlacionando ditas comunidades. Elaboração própria, 2022



Considerações finais

Nesta última secção textual, três elementos-chave devem ser abordados:

[1] Tendo sido este o meio documental escolhido para tratar do cruzamento de universos de fontes distintas com o objetivo de compreender as potencialidades e limitações deste tipo de trabalho, o resultado, manifestado no corpo cartográfico – atlas – foi de oportuno contributo para a compreensão das múltiplas realidades e possíveis representações do território. Carece, este trabalho de fontes de um recorte temporal alargado para a confeção de um oportuno *corpus documental* que justifiquem quaisquer conjurações interpretativas possíveis sobre o Julgado, e suas realidades. Identificámos como necessário para tal a consulta do material produzido por causa da Lei da Reforma das Comarcas que se encontra no Arquivo Histórico Parlamentar, documentação sobre visitas episcopais na guarda do Arquivo da Universidade do Minho, e também documentação existente sobre o Julgado de Vermoim no Arquivo Municipal de Barcelos. Além da expansão do acervo das Memórias Paroquiais para regiões limítrofes do Julgado de Vermoim, principalmente a região de Faria, Vizela e de Santo Tirso. Por fim, a inclusão de outros registos da paisagem, incluindo fotos aéreas da 1.^o metade do séc. XX e cartografia de 1880⁶⁵ que mantém conservada alguma coerência da paisagem e ocupação rural.

[2] Dado o tratamento de fontes é sustentável a posição de uma coerência espacial do Julgado de Vermoim analiticamente falando. É simultaneamente identificável a sua posição nebulosa como unidade territorial circunscrita que só uma investigação de maior pormenor e abrangência poderia tratar. Não obstante, emerge a definição do espaço não em limites fronteiriços fixos, mas numa rede de relações e de dinâmicas de centralidade e periferia do espaço. Tem-se registado o carácter de passagem, entre terras, do território que define a centralidade da circunscrição no centro do vale de Famalicão fazendo convergir os vales de São Cosme e Vermoim naquele centro de encontro das rotas Norte-Sul e Mar-Este.

[3] Este trabalho é um ponto de partida, não de chegada. É necessário que continuem a ocorrer trabalhos de investigação sobre a construção, manutenção, permanência, e reinvenção do território vermoimês. Ademais, este tipo de trabalho permitira, de um ponto de vista mais contemporâneo, a identificação de estruturas de preservação, práticas e características próprias de interesse ao coletivo e o

⁶⁵ Carta 1:100.000 n°7, Porto. Lisboa: Exército, 1880.

desenvolvimento turístico-patrimonial, e, a legitimação da comunidade famalicense na sua dinâmica de *entre terras*, do ponto de vista de constituição do território como património da comunidade durante o período do Antigo Regime. Permitirá, concomitantemente, a compreensão da situação histórica que o Julgado deixou ao Concelho, e a própria transmutação desta entidade administrativa nestes quase dois séculos de existência. É necessário representar, nomear e identificar o território, tenha o nome que tiver.

O projeto de construção histórica acerca do território será longo, fruto de uma articulação contínua com a comunidade. É necessário reforçar o processo de construção de memória coletiva da comunidade e seus concidadãos. A prática científica fruto da coparticipação e educação para a cidadania é vital para que não se cometam simplificações ou teses sobrevalorizadas sobre as possibilidades do passado, a polissemia dos resultados das fontes e as discordâncias sádicas do processo de investigação são e serão vitais. Ademais, o uso de técnicas novas providas pelos sistemas de programação Python/R e a plataforma QGIS, além da expansão do quadro metodológico, poderão dar ao projeto um resultado oportuno no longo prazo.

Fontes

- BARROS, João de; LENCART, Joana (estudo e transcrição) — *Geographia d'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2019. Pp. 53-361. ISBN 978-989-54475-1-0.
- CAPELA, José Viriato; JOAQUIM, António — *Vila Nova de Famalicão nas Memórias Paroquiais de 1758*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2001. pp. 101-243
- CASTRO, João Baptista de, 1700-1775. *Mappa de Portugal antigo e moderno / Pe. João Baptista de Castro*. - Lisboa: Off de Francisco Luiz Ameno, 1762-1763. - 3 t.; 21 cm + 7 mapas.
- CARVALHO, José Monteiro de, 1713-1780. *Carta geográfica da Provincia do Entre Douro Minho e Tras os Montes*. Dedicado a Magestade Fidelissima e sempre Augusta de El Rey de Portugal e dos Algarves Dom [...] Nosso Senhor por Jozeph Monteiro de Carvalho, Sargento Mor de Infantaria com exercício de Engenheiro – [Escala não determinada] [Entre 175- e 1777?] – 1 mapa: ms., p&b; 133x96 cm.
- SECO, Fernando Álvares, fl. ca 1559-1561 *Portugalliae que olim Lusitania, novissima & exactissima descriptio / auctore Vernando Alvaro Secco*. - Escala [ca. 1:1300000]. — Roma: [s.n.], 1560 [i.é. 1561]. — 1 mapa: gravura, aguarelado; 34,00x51,20 cm, em folha de 40,00x54,30 cm.
- VILASBOAS, Custódio José Gomes, 1771-1809 – *Mapa da provincia d'Entre Douro e Minho de par com as indicações Economico-Políticas tudo para servir à Regulação das Comarcas da mesma Província, e outros objetos de Utilidade Publica / por Costodio Jozé Gomes de Villas-Boas*. - [Escala não determinada] entre 1794 e 1795. - 1mapa: ms., color.; 90,7 cmx60,3 cm.
- GOUVEA, Pedro Ribeiro de – *Memórias Paroquiais de Barcelos*. In SAMPAIO, José de Mancelos – *Recordações Históricas de Barcelos*. Barcelos: Noticias de Barcelos, 1932
- LEÃO, Duarte Nunes de, fl. 1530-1608; Rodrigues, Jorge, fl. 1598-1645, impr. Lisboa: impresso com licença, por Jorge Rodriguez, 1610. Disponível em: <https://purl.pt/12393>
- [Foral de Barcelos concedido em 1515 por D. Manuel I] – Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12940/11062>.
- LIMA, Luís Caetano de, C.R. 1671-1757 – *Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa...* / composta por D. Luiz Caetano de Lima[...]. Lisboa Occidental: na Off. de Joseph Antonio da Sylva, 1734- [1736]. - 2 t. em 2 vol.: il.; 2º (29 cm) Disponível em: *Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa...*, Lisboa Occidental, 1734-[1736] - Biblioteca Nacional Digital (purl.pt). Disponível em: <https://purl.pt/403>

Tractado panegyrico em louvor da villa de Barcellos, por rezam do apparecimento de cruces que nella apparecem... / composto pello P. Fr. Pedro de Poyares.... - Em Coimbra: na Officina de Joseph Ferreyra, 1672. - [46], 241, [3] p.; 4º (19 cm). Fólio 5.

Memórias Paroquiais de 1758 do Concelho de Vila Nova de Famalicão publicadas em: CAPELA, José Viriato; JOAQUIM, António — *Vila Nova de Famalicão nas Memórias Paroquiais de 1758*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2001.

Bibliografia

ALEGRIA, Maria Fernanda; GARCIA, João Carlos — Etapas de evolução da Cartografia portuguesa (séculos XV e XIX): O país e o império na cartografia dos séc. XVII a XIX. *La cartografia de la Península Ibérica i la seva extensió al continent Americà: 2on curs*. Barcelona: Institut Cartogràfic de Catalunya, 1991. ISBN 84-393-1670-4.

BAKER, Alan; BIGGER, Gideon (coord.) - *Ideology and Landscape in historical perspective*. Cambridge: University Press, 1992. ISBN 0521410320.

BARROS, João de; LENCART, Joana (estudo e transcrição) — *Geographia D'entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2019. ISBN 978-989-54475-1-0.

BRUNET, Roger — *Le croquis de Géographie régionale et économique*. 2º ed. rev. et cor. Paris: Societé d'Édition d'Enseignement Supérieur, 1967.

CAPELA, José Viriato — A Câmara, a nobreza e o povo do concelho de Barcelos. *A Administração do Município nos fins do Antigo Regime*. Barcellos-Revista, vol. III, nº1 (1986).

CAPELA, José Viriato; JOAQUIM, António — *Vila Nova de Famalicão nas Memórias Paroquiais de 1758*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2001.

CARVALHO, Vasco César de — *Aspetos de Vila Nova: A Justiça*. vol. II. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2005.

CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte – Inquéritos promovidos pela Coroa no século XVIII. *Revista de História Económica e Social*. nº 21 set-dez (1987).

CORTESÃO, Armando — *Cartografia portuguesa antiga*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.

CORTESÃO, Armando — *Descobrimientos no Atlântico e evolução da sua antiga representação cartográfica*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1981. (Centro de estudos de cartografia antiga). Separata de: «Revista da Universidade de Coimbra», Vol. XXVIII (1980).

- CORTESÃO, Armando — *O descobrimento de Porto Santo e da Madeira e o Infante D. Henrique*. Coimbra: Junta de Investigações do Ultramar, 1973. (Agrupamento de estudos de cartografia antiga). Separata da Revista da Universidade de Coimbra, vol. XXIII.
- CORTESÃO, Armando — *O mistério de Vasco da Gama*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1973.
- CORTESÃO, Armando; MOTA, Avelino Teixeira da — *Portugaliae monumenta cartographica*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987. Edição comemorativa do V centenário da morte do Infante D. Henrique.
- CORTESÃO, Jaime — *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Lisboa: Seara Nova, 1950.
- CORTESÃO, Jaime — *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, 1957.
- DAVEAU, Suzanne – A rede hidrográfica no mapa de Portugal de Fernando Álvaro Seco (1560). *Finisterra*, 35 (2000). Disponível em: <https://doi.org/10.18055/Finis1668>.
- DAVEAU, Suzanne — Caminhos e fronteira na Serra da Peneda: alguns exemplos nos séculos XV e XVI e na atualidade. *Revista da Faculdade de Letras*. Geografia 1 série, vol. XIX (2003), pp. 81-96.
- DAVEAU, Suzanne — Géographie historique du site de Coruche, étape sur itinéraires entre Évora et le Ribatejo. *Revista Faculdade de Letras*, 5ª série, 2 (1984), pp. 115-135.
- DAVEAU, Suzanne — La barque de passage et les ponts de Coruche du XIVe au XVIIe siècle. *Estudos em Homenagem a Mariano Feio*, Lisboa, 1986. pp. 177-188.
- DAVEAU, Suzanne – *Um antigo mapa corográfico de Portugal (c. 1525): reconstituição a partir do Códice de Hamburgo*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 2010. ISBN 9789726362043.
- DAVEAU, Suzanne – Uma geografia política e social de Portugal nos primeiros séculos da nacionalidade. *Finisterra*, 24 (1998). Disponível em: <https://doi.org/10.18055/Finis1963>.
- DIAS, M. H. – Um contributo português para a representação cartográfica da fronteira luso-espanhola: a acção do engenheiro militar Vasconcelos e Sá. *REVISTA DE HISTORIOGRAFÍA (RevHisto)*, (2015), pp. 101-118. Recuperado a partir de <https://e-revistas.uc3m.es/index.php/REVHISTO/article/view/2757>.
- DIAS, M. H., & Alegria, M. F. – Na transição para a moderna cartografia. As cartas náuticas da região de Lisboa de Tofiño e Franzini. *Finisterra*, 29(58), 1994. Disponível em: <https://doi.org/10.18055/Finis1833>.

- GARCIA João Carlos; MOREIRA, Luís Miguel — *El geógrafo trabaja en su casa: espaços portugueses na produção cartográfica de Tomás Lopez*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008.
- GARCIA, João Carlos; MOREIRA, Luís Miguel — Os mapas nas coleções da Biblioteca Pública de Braga. *Revista Catalana de Geografia: revista digital de geografia, cartografia i ciències de la Terra – IV època*, volum XXI, 2016. nº 54.
- HEIDEGGER, Martin - *Que é Uma Coisa?*. Lisboa: Edições 70, 1987. ISBN 972-44-0749-7
- HESPANHA, António Manuel - *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político: Portugal - séc. XVII*. Vol 1. Coimbra: Livraria Almedina, 1994. ISBN 972-40-0782-0
- História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. Vol. 4: O Antigo Regime. ISBN 972-33-1261-4
- KANTOR, Iris — Mapas em trânsito: projeções cartográficas e processo de emancipação política do Brasil (1779-1822). *Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofia, política y Humanidades*. 2010. nº 24. pp. 110-123.
- KANTOR, Íris — Usos diplomáticos da ilha-Brasil polêmicas cartográficas e historiográficas. *Varia história*, 2007, 23: 70-80.
- LEITE, Odete Tavares Paiva Silva – *Vila Nova de Famalicão: de freguesia rural a urbana (1620-1960)*. Braga: Universidade do Minho, 2013.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero — *O Algarve económico: 1600-1773*. Lisboa: Estampa, 1988. (Imprensa universitária)
- MARQUES, A. H. de Oliveira — *Atlas histórico de Portugal e do Ultramar português*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2003 [possuí um apêndice cartográfico pertinente]
- MARQUES, A. H. de Oliveira — *História de Portugal*. 13ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1997-1998. vol. 2: Do renascimento às revoluções liberais. ISBN 972-23-2254-0.
- McCLELLAND, John S. – *A History of Western Political Thought*. Londres: Routledge, 1996.
- MENDES, Célia Isabel Fernandes — *Cartografia do Risco de Inundação no concelho de Vila Nova de Famalicão: um instrumento de aplicação à proteção civil*. Braga: Universidade do Minho, 2016.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo — *D. José: na sombra de Pombal*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006. ISBN 978-972-42-3845-6
- MOREIRA, Luís Miguel – Lousada em Finais do século XVIII: uma análise de geografia histórica. *Oppidum*. vol. 10, ed. 9 (2016). pp. 97-114

- MOREIRA, Luís Miguel — *O Alto Minho na obra do engenheiro militar Custódio José Gomes de Villasboas: cartografia, geografia e história das populações em finais do século XVIII*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos – Universidade de Lisboa, 2011. ISBN 978-972-636-210-4.
- MOREIRA, Luís Miguel — O País à la carte: leitura da folha nº111 (Paredes) – Paços de Ferreira da Carta Militar de Portugal. *Oppidum*, vol. 8 (2015), pp. 195-208.
- OSSWALD, Helena – Em torno dos inquéritos paroquiais: uma fonte para o conhecimento do espaço litoral. In *O litoral em Perspetiva Histórica* (séc. XVI a XVIII). Porto: Instituto de História Moderna, 2002, p. 127-143.
- RAMOS, Luís A. de Oliveira — *D. Maria I*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2007. ISBN 978-972-42-3901-9.
- RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo — *História de Portugal*. 7ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2012. ISBN 978-989-626-366-9.
- RÉMOND, René — *Introdução à História do nosso tempo: do antigo regime aos nossos dias*. Lisboa: Gradiva, [s/a]. ISBN 978-972-662-375-5.
- RIBEIRO, Orlando — *Novo atlas geográfico*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1986.
- RIBEIRO, Orlando – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1993. ISBN 972-9230-39-0 a.
- RODRIGUES, Paulo Manuel Moreira Lázaro – O Julgado de Vermoim nas inquirições de 1288: a propriedade, usurpação e violência. *Omni Tempore. Atas dos Encontros da Primavera 2021*, 7 (2022), pp. 128-156.
- SALGADO, Benjamim — *Vila Nova entre dois forais*. 3º ed. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2005. ISBN 989-552-100-6.
- SILVA, Ana Cristina Nogueira da — *O Modelo Espacial do Estado Moderno: Reorganização Territorial em Portugal nos Finais do Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1998. ISBN 972-33-1384-7.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da – *D. João V*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006. (Reis de Portugal). ISBN 972-42-3752-4.
- SILVA, Maria Luiza – *O encanamento do rio Este e o regadio das veigas em Nive nos séculos XVIII-XIX: uma obra de Custódio José Gomes de Vilas Boas e dos lavradores das veigas*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013.
- SOARES, Franquelim Neiva – *A Reforma Católica no Concelho de V. N. de Famalicão* *Visitações quinhentistas de S. Tiago de Antas*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de V. N. de Famalicão, 1998.
- VIEIRA, José Augusto – *O Minho pittoresco*. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, 1887.

SOUZA, Bernardo - "Entre Mapas e Memórias: Representações do Julgado de Vermoim na 2.ª metade do século XVIII", In *Omni Tempore. Atas dos Encontros da Primavera 2022*, 8 (2023), pp. 15-53

WOOD, Denis – *The Power of Maps*. New York: The Guilford Press, 1992. ISBN 0-89862-492-4.

Apêndice

Figura 11 - Mapa da Rede Hidrográfica na área do Julgado de Vermoim. Estão nomeados os principais cursos de água e representados os cursos auxiliares também. Elaboração própria, 2022

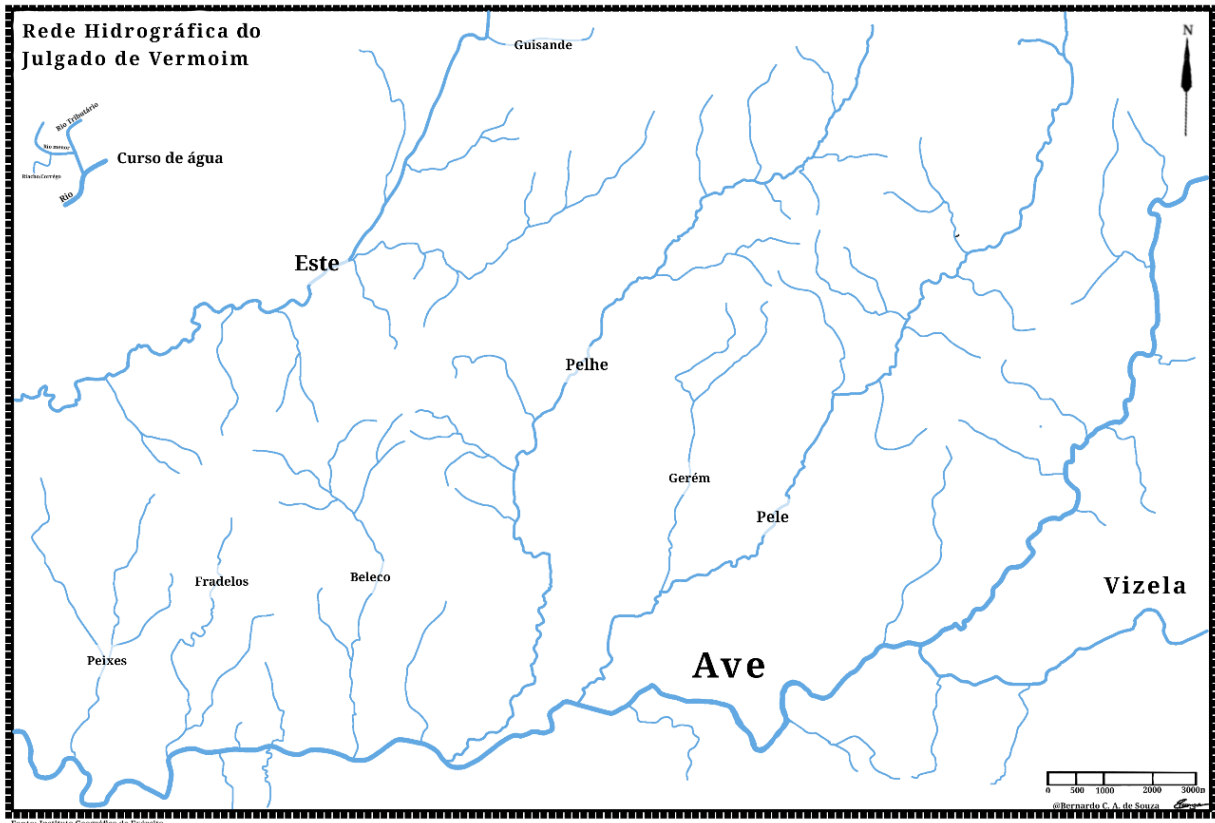


Figura 12 - Mapa da Rede Hidrográfica e cheias na área do Julgado de Vermoim. Estão nomeados os principais cursos de água e as áreas propensas a acúmulo excessivo de água e alagamento das margens. Elaboração própria 2022

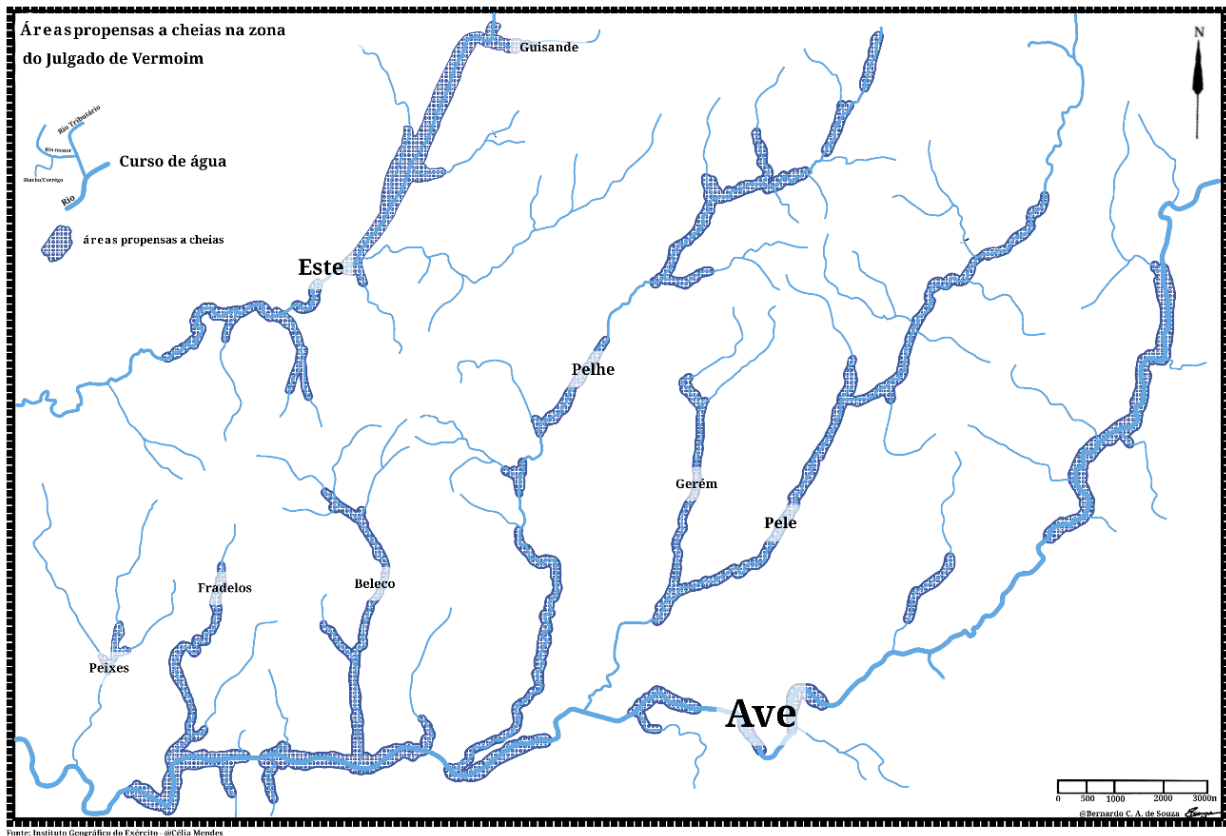


Figura 13 - Mapa das possíveis áreas e exploração agrícola no Julgado de Vermoim, séc. XVIII Através de manchas estão indicados possíveis espaços reservados a cobertura vegetal com arbustivos e árvores, e os espaços de cultivo agrícola.
Elaboração própria, 2022

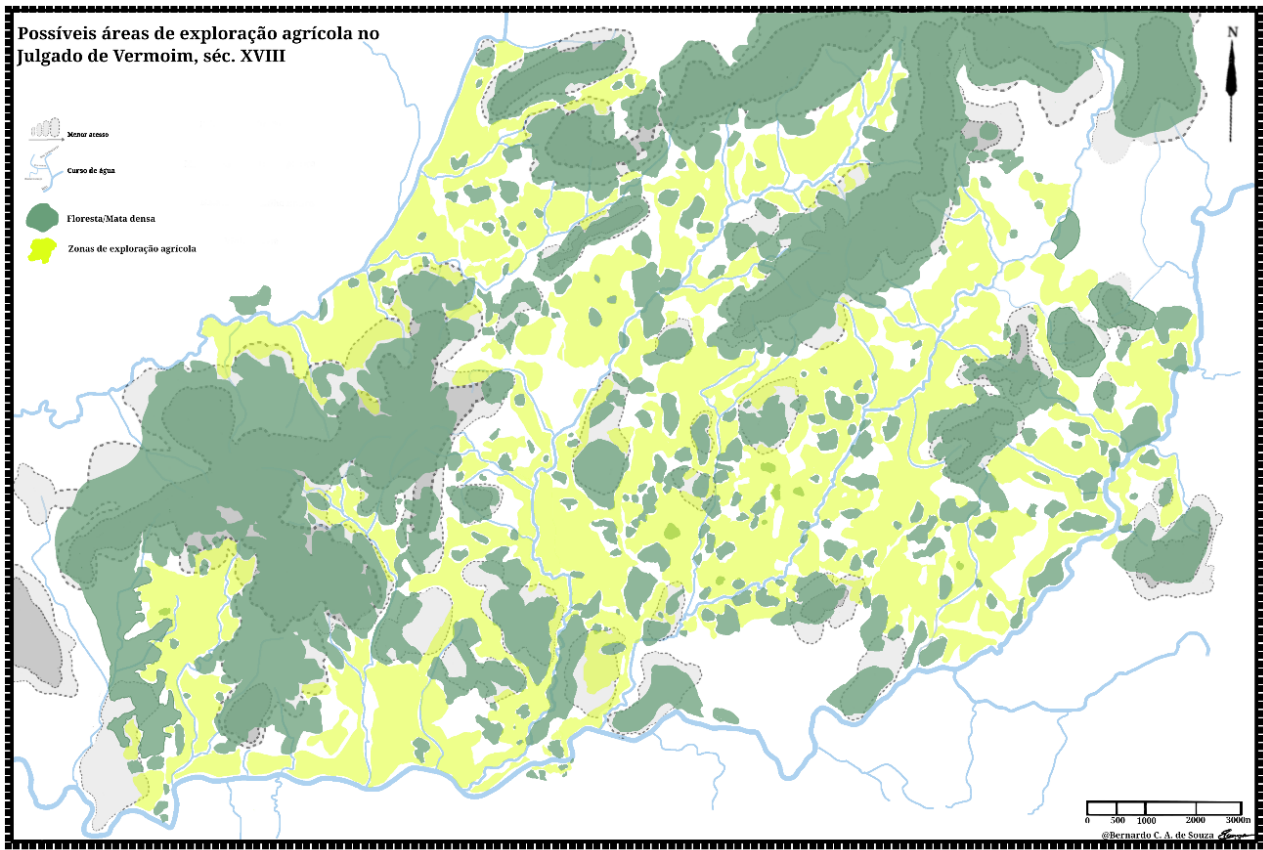


Figura 14 - Mapa dos tipos de peixes na área do Julgado de Vermoim, 1758. Estão nomeados os principais cursos de água e as espécies de peixe disponíveis e local de instalação das azenhas. Elaboração própria, 2022

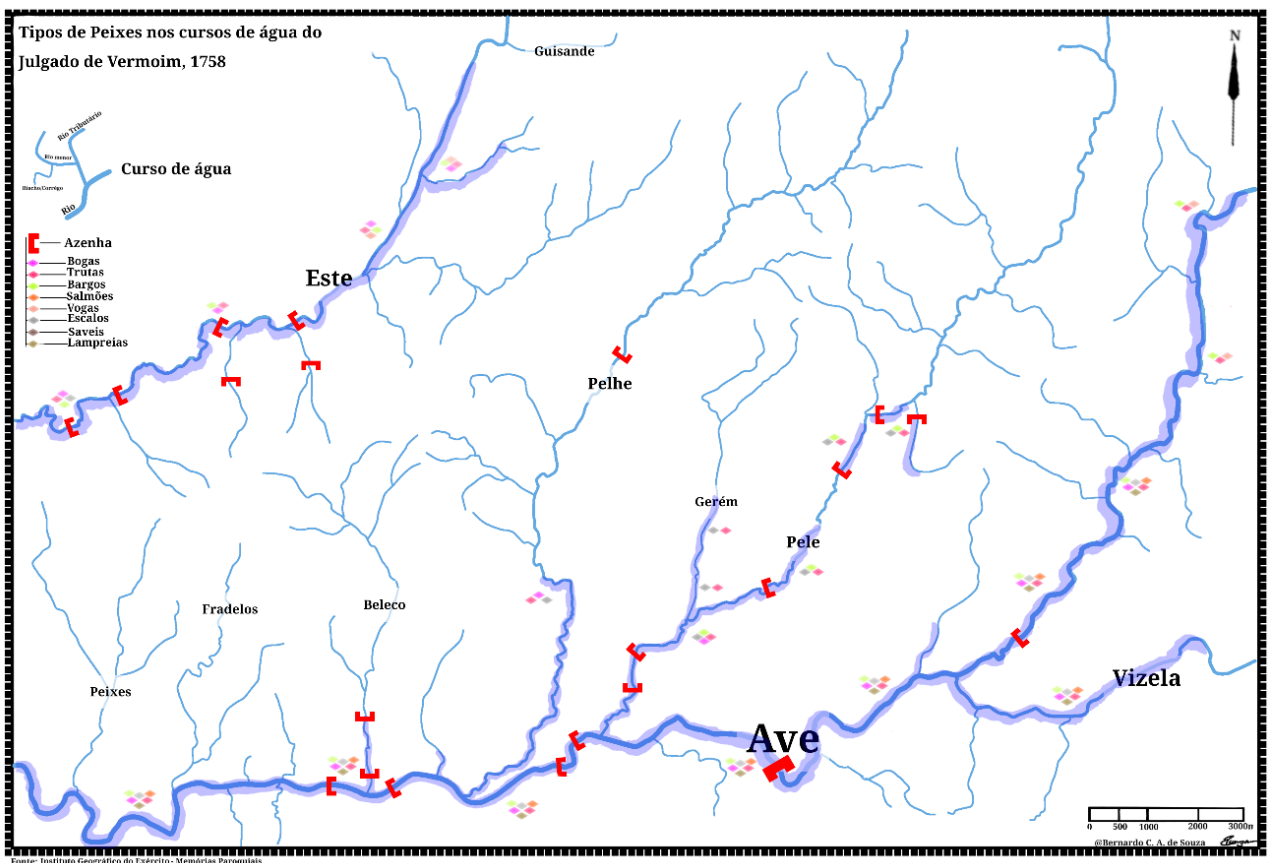


Figura 15 - Mapa da designação eclesiástica dos clérigos e origem das testemunhas na área nas Memórias Paroquiais de 1758 do Julgado de Vermoim. Estão nomeadas as paróquias e, através de setas, indica-se a procedência das testemunhas. Elaboração própria, 2022

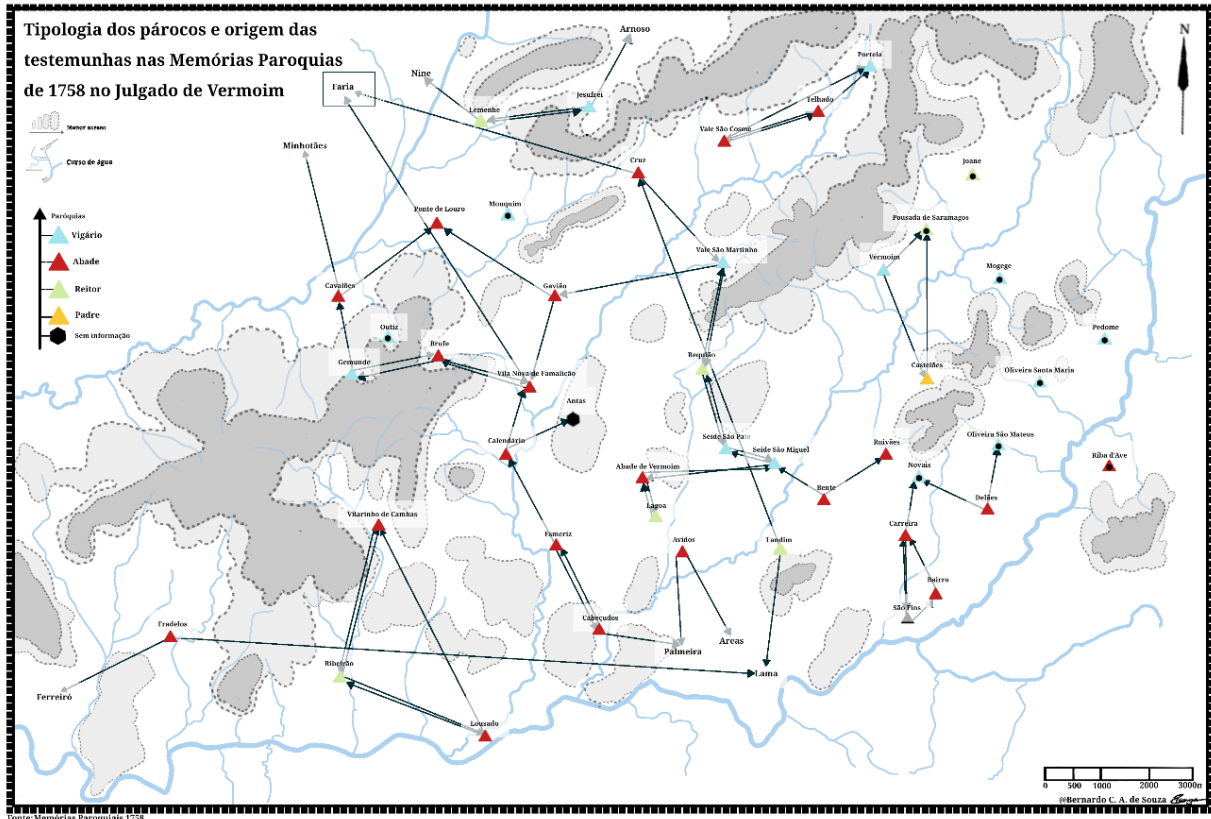


Figura 16 - Áreas de menor acesso no Julgado de Vermoim, toponímia de 1758. Elaboração própria, 2022

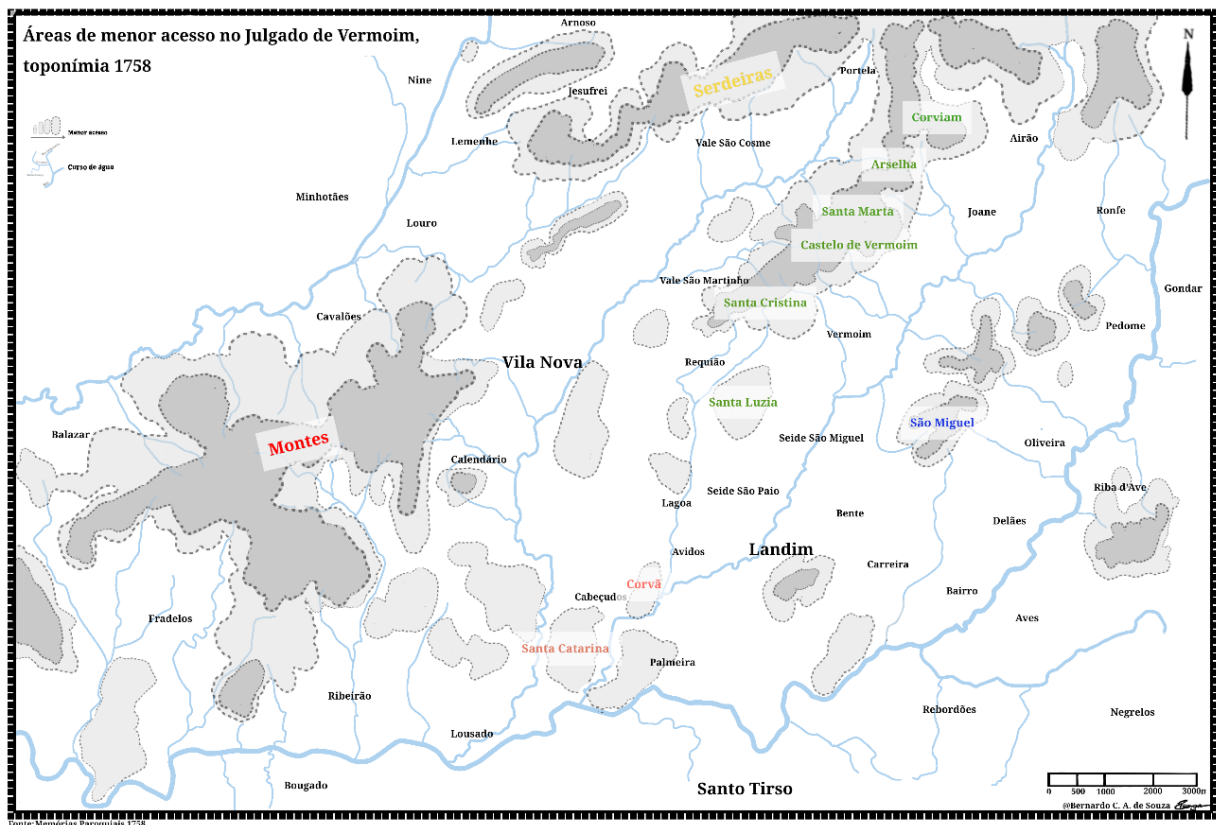


Figura 17 - Áreas de menor acesso no Julgado de Vermoim, toponímia de 2013. Elaboração própria, 2022

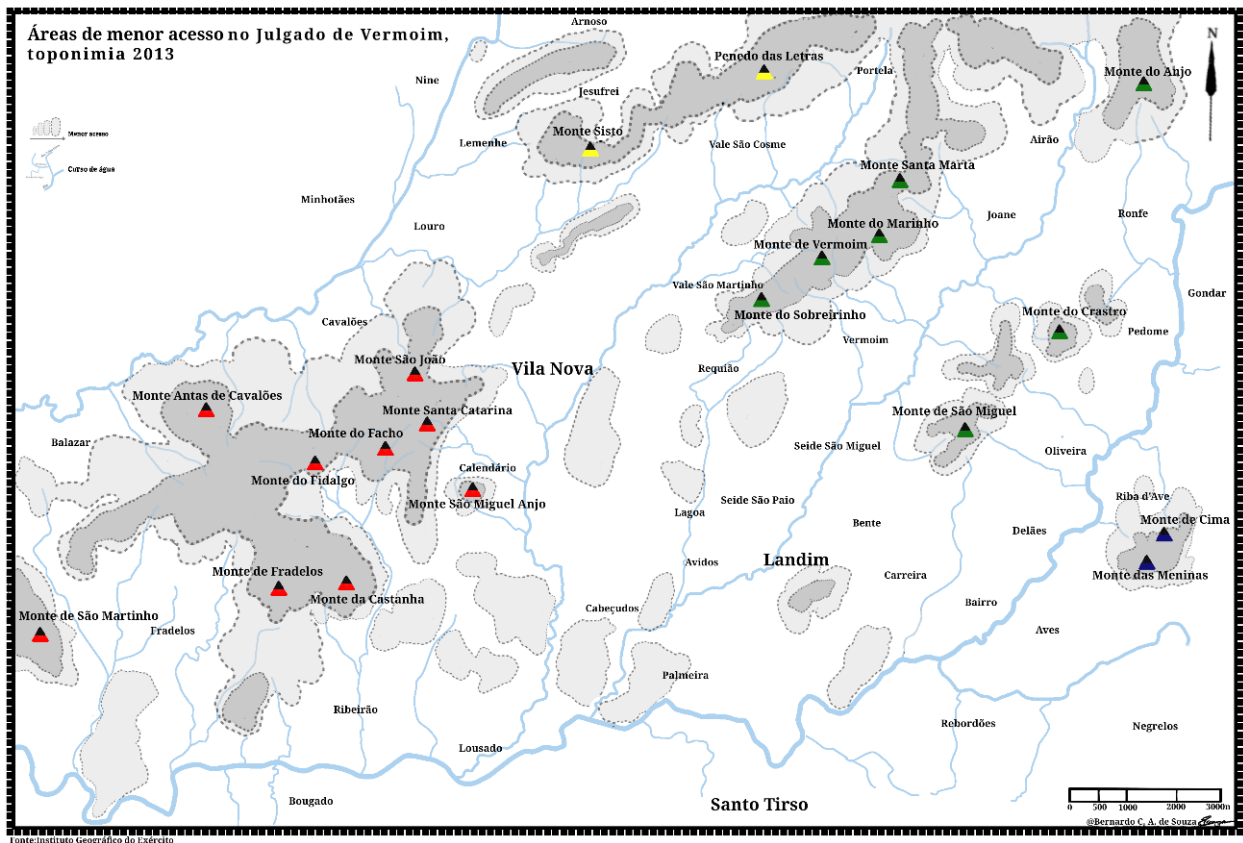
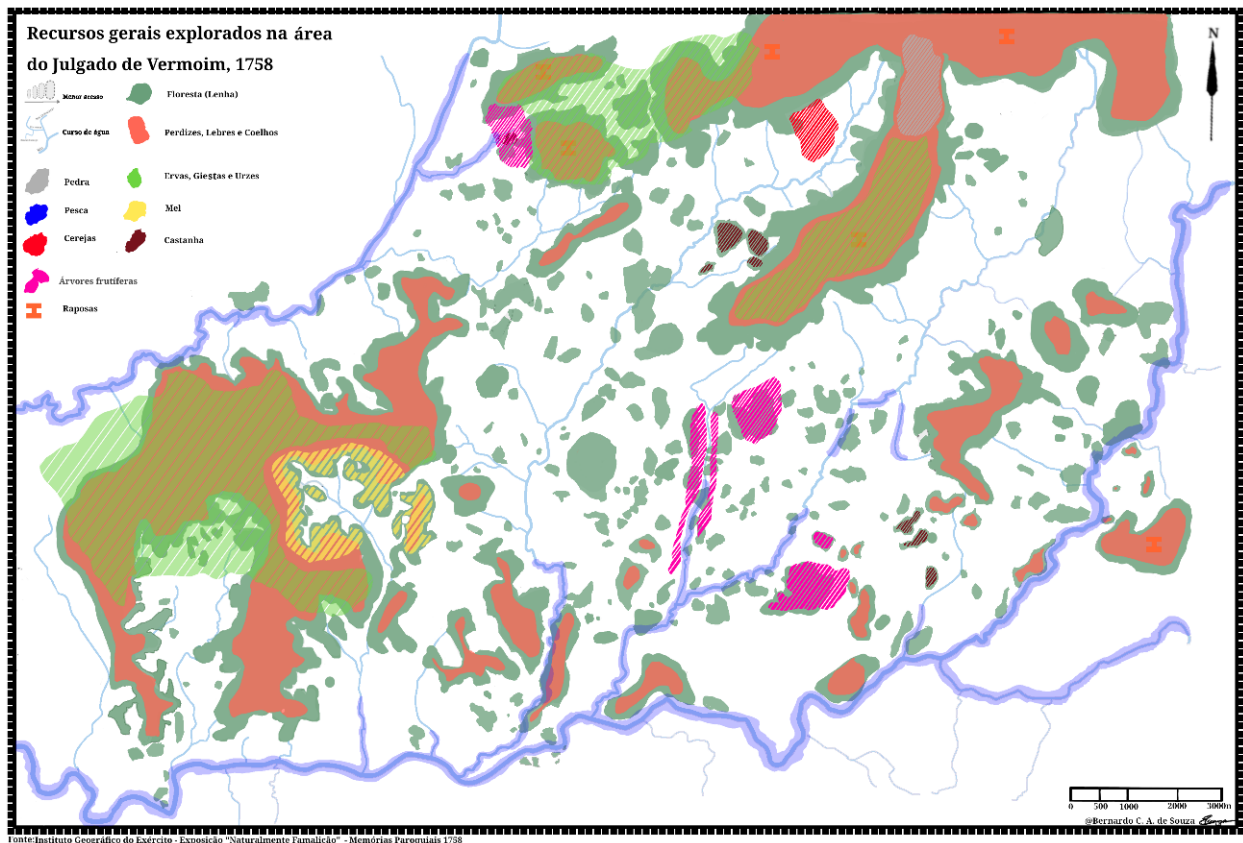
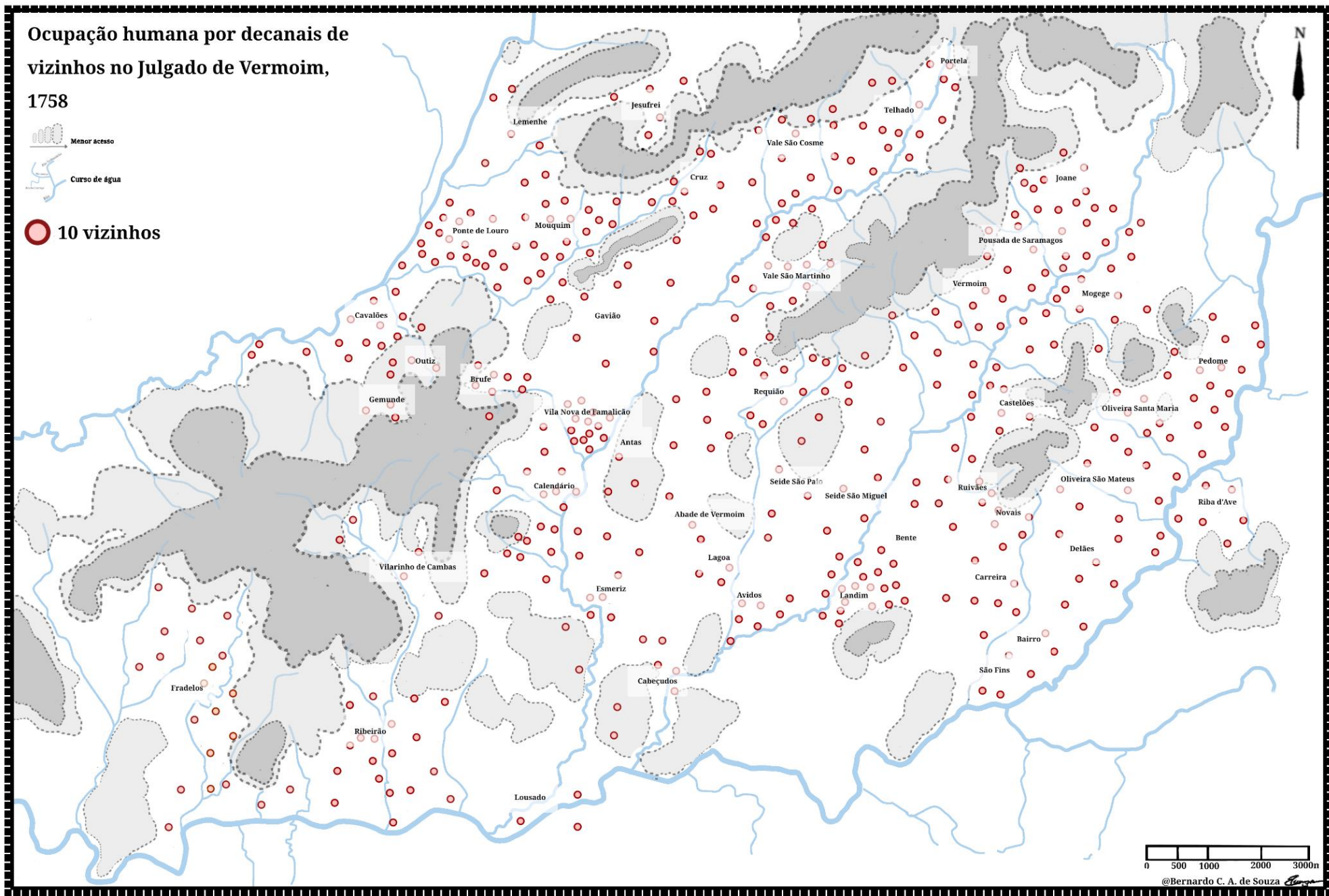


Figura 18 - Recursos gerais explorados na área do Julgado de Vermoim, 1758. Elaboração própria, 2022





Fonte: Memórias Paroquiais 1758 - viagens de campo - imagens de satélite - Departamento de Urbanismo de Vila Nova de Famalicão

Figura 20 - Ocupação humana por decanais de vizinhos no Julgado de Vermoim, 1758. Elaboração própria, 2022

Figura 21 – Mapa sobre os níveis de qualidade da informação através dos mapas históricos. Elaboração própria, 2022.
Qualidade como quantidade de informação/distorção espacial + erros de correspondência com outras fontes

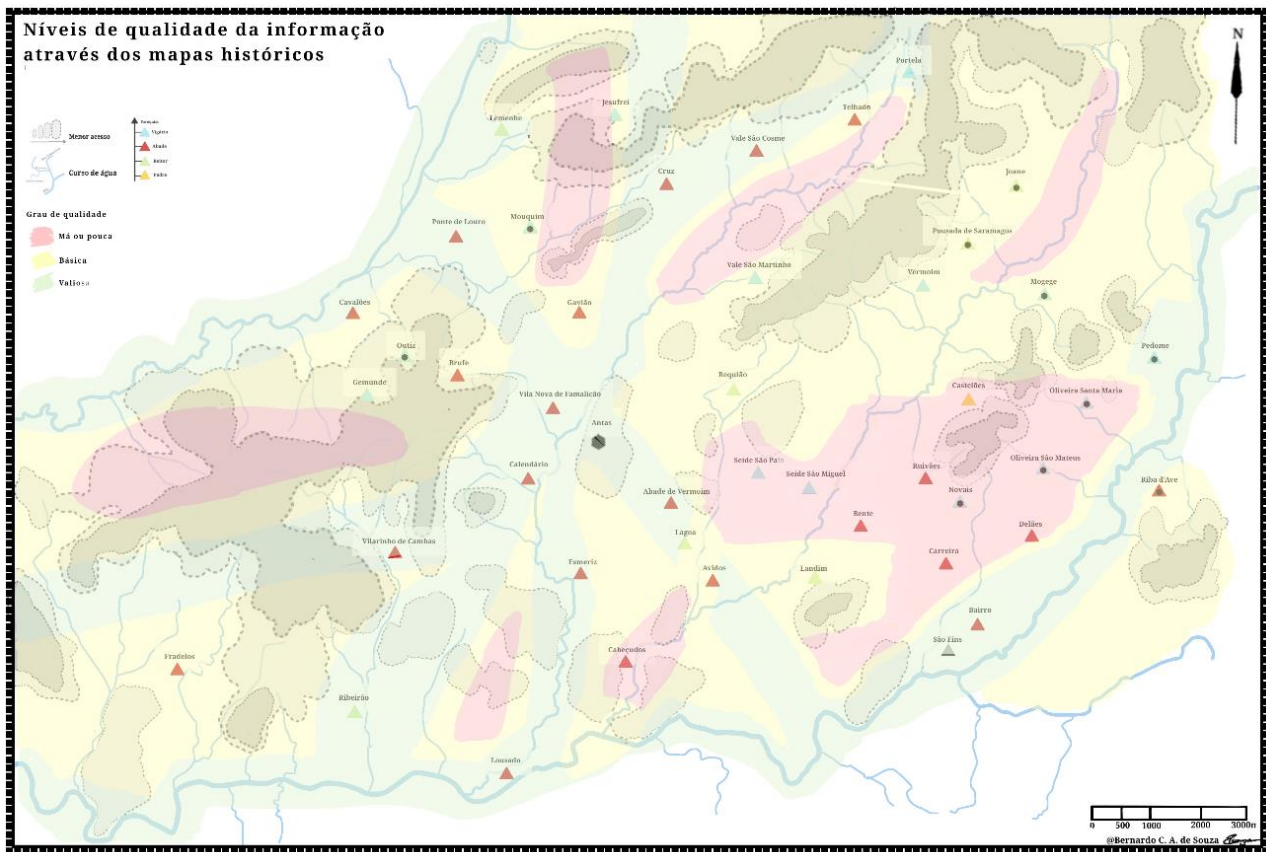


Figura 22 – Mapa sobre os níveis de qualidade da informação através dos mapas históricos. Elaboração própria, 2022.
Qualidade como quantidade de informação/ ausência de informação + erros de correspondência com outras fontes

